



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET

VITÓRIA PAULINA DA SILVA SANTOS

A MULHER NO AFROTURISMO E A REPRESENTAÇÃO DA PEQUENA ÁFRICA
– RJ.

BRASÍLIA– DF
2022

VITÓRIA PAULINA DA SILVA SANTOS

**A MULHER NO AFROTURISMO E A REPRESENTAÇÃO DA PEQUENA ÁFRICA
– RJ.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em Centro de Excelência em Turismo – CET, na Universidade de Brasília - UnB, para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Sebastião de Melo.

BRASÍLIA – DF
2022

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Paulina da Silva Santos, Vitória
Pm A MULHER NO AFROTURISMO E A REPRESENTAÇÃO DA PEQUENA
ÁFRICA - RJ. / Vitória Paulina da Silva Santos;
orientador Thiago Sebastiano de Melo. -- Brasília, 2022.
80 p.

Monografia (Graduação - Turismo) -- Universidade
de Brasília, 2022.

1. Turismo. 2. Afroturismo. 3. Mulher. 4. Racismo.
5. Pequena África. I. Sebastiano de Melo, Thiago,
orient. II. Título.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em Centro de Excelência em Turismo – CET, na Universidade de Brasília - UnB, para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

VITÓRIA PAULINA DA SILVA SANTOS

Avaliado por:

Prof. Dr. Thiago Sebastião de Melo
Orientador – CET/UnB

Brasília, 30 de outubro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Tendo plena consciência de estar a um encontro com questões e reflexões sobre a os negros na sociedade de um ponto de vista objetivo, fora dos preconceitos e estereótipos cristalizados, ao longo de séculos. Este trabalho é uma forma de referenciar minha ancestralidade, aqueles que entre suor, lágrimas e sangue, entregaram cuidado, potência e audácia.

Agradeço aos meus pais, em especial a minha mãe, por ter me incentivado sempre a seguir em frente, independente dos percalços que a vida trouxe durante o caminhar acadêmico, pelo conforto que pude ter durante todo meu estudo, tendo em vista que não é a realidade de muitos brasileiros e brasileiras que, não têm o mesmo privilégio de somente estudar. Ao meu irmão e minha amiga Manu, que mesmo quando eu mesma não acreditei que as coisas seriam possíveis de serem realizadas, eles me impulsionaram com palavras de confiança.

Ao samba, ao qual sempre tive proximidade de uma certa forma, ao visitar o barracão da Aruc, escola de samba de Brasília, e desfilar pela escola, pude ter a percepção sobre a importância dos antigos batuques trazidos pelos africanos. E como pelo samba há uma transmissão de comunicação através da música e da dança, dos movimentos do corpo, da percussão, enquanto se transmite enredos de construção, se aprende e se descobre sobre a essência.

Agradeço aos percussores e trabalhadores que proporcionam o Afroturismo todos os dias, que em um país com constantes vítimas de racismo, cujo suas peles negras resultam na soma de opressões que se perpetuam, estão presentes, também como símbolos de luta e personas capazes de conectar outras com a culinária, história, costumes e questões sociais, para preservação e a perpetuação do patrimônio e da identidade da população negra no Brasil.

Ao meu orientador Thiago, que despertou em mim o interesse pelo tema, ao ingressar como professor no Centro de Excelência em Turismo, e indicar uma “live” com o Afroturismo como debate. Nele como homem negro ocupando a academia, e único professor negro com o qual tive a oportunidade de ter aula no CET, durante toda minha jornada acadêmica, tornou-se meu orientador e mentor sem um contato pessoal e físico, durante um momento em que o mundo país passava por uma catástrofe que foi a pandemia da Covid-19. Me proporcionou aprendizado, e me inspirou a aprofundar, incentivando o conhecimento sobre o tema, me apresentando as mais diversas e encantadoras pessoas neste processo de construção.

E dedico ainda aos que pensaram que eu não chegaria; cheguei. Que a Vitória é realmente Vitória!

EPÍGRAFE

“Iyá Kekerê foi Ciata d’Oxum
Kilombo da arte, cangira vodum
Prazeres por Heitor que deu o nome
Onde Donga ao telefone fez a jura pro Sinhô
Eu vi brotar João e Pixinguinha
No terreiro das baianas
De Ghandi fui herdeiro do agogô
Sou o fim de todo açoite...”
Acadêmicos do Vigário Geral

RESUMO

O encobrimento de conexões em representações dos negros, no turismo, é em sua relação com o racismo cotidiano, nega o espaço histórico e presença afro-brasileira. Isso direciona esta pesquisa exploratória. Através de levantamento bibliográfico, apresenta-se aspectos do turismo étnico-afro, como se compõe este turismo, e a importância desta composição para a formação da população negra e a cultura brasileira como a conhecemos. Compreendendo que a mulher negra é um pilar na construção da formação da cultura brasileira, e na construção de iniciativas de afro-brasileiros no mercado de trabalho, é a mulher negra um ascendente para mobilidade ao turismo étnico-afro, que em nada exótico, mas é pertencente a representação da diáspora africana e há momentos históricos do Brasil. Assim como, há lugares que são instrumentos deste turismo, que expõe a existência de luta, dor e sangue, mas também são presenças de dança, de arte, de história, de algo que caracteriza o país, não sendo de reconhecimento da população que grandes atos do nosso cotidiano, de importantes locais que frequentamos são advindos da ascendência negra, como o samba, os morros espalhados pelo Brasil, grandes produtos consumidos pelos brasileiros, independentemente de sua hierarquia social. Se em uma perspectiva temos uma herança africana, por outro lado, há a frequência do “grosso modo” em que tudo que seja reconhecido como vindo do negro, seja algo que se deva esquecer, doloroso, não importante para o uso do capitalismo. Como disfarce, surge os diálogos com intervenções que vão ao contrário do que se procura ofertar o turismo étnico-afro, como promessas que reatem a aspectos históricos, surge na ideia de criação de um projeto nomeado como “Maravilha”, a aspiração querer preservar a história para população, quando busca-se mascarar a história do lugar, com algo bonito que fuga da realidade, para os ricos e estrangeiros contemplarem, não a massiva população brasileira. Considero está pesquisa, próximo a nossa realidade atual, como o racismo estão presentes na estrutura da sociedade, e em como se reflete atualmente na estrutura do espaço e na reflexão das experiências, e na construção da consciência racial, de existir.

Palava-chave: turismo; afroturismo; mulher; racismo, pequena África

ABSTRACT

The cover-up of connections in representations of blacks, in tourism, is in its relationship with daily racism, denying the historical space and Afro-Brazilian presence, they directs this exploratory research. Through a bibliographic survey, aspects of Afro-ethnic tourism are presented, how this tourism is composed, and the importance of this composition for the formation of the black population and Brazilian culture as we know it. Understanding that the black woman is a pillar in the construction of the formation of Brazilian culture, and in the construction of Afro-Brazilian initiatives in the labor market, the black woman is an ascendant for mobility to the ethnic-Afro tourism, which is not exotic, but it belongs to the representation of the African diaspora and there are historical moments in Brazil. As well, there are places that are instruments of this tourism, which expose the existence of struggle, pain and blood, but they are also the presence of dance, art, history, of something that characterizes the country, not being recognized by the population that great acts of our daily lives, in important places we frequent, come from black ancestry, such as samba, the hills spread across Brazil, great products consumed by Brazilians, regardless of their social hierarchy. If in one perspective we have an African heritage, on the other hand, there is a frequency of “roughly speaking” in which everything that is recognized as coming from the black is something that should be forgotten, painful, unimportant for the use of capitalism. As a disguise, dialogues with interventions appear that go contrary to what is sought to be offered by Afro-ethnic tourism, as promises that return to historical aspects, arises in the idea of creating a project named “Marvel”, the aspiration to preserve the history for the population, when one seeks to mask the history of the place, with something beautiful that escapes reality, for the rich and foreigners to contemplate, not the massive Brazilian population. I consider this research, close to our current reality, how racism is present in the structure of society, and how it is currently reflected in the structure of space and in the reflection of experiences, and in the construction of racial consciousness, of existing.

Keywords: tourism; afrotourism; woman; racism; pequena África.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prefeitos/as eleitos por gênero e raça (2016 – 2020).....	19
Figura 2: Rendimento médio por grupos de gênero e raça	20
Figura 3: Protesto de justiça pela morte de MOÏSE..	21
Figura 4: Pintura mãe preta	32
Figura 5: A negra, o tabuleiro, seu filho e seu pano de costa.....	34
Figura 6: Trabalho por conta própria com CNPJ cresce 36%.....	36
Figura 7: Hilária Batista de Almeida Tia Ciata (1854– 1924)....	46
Figura 8: Gravura negros de carro (1768 – 1848)..	51
Figura 9: Mapa de região da Zona Portuária.....	53
Figura 10: Pedra do Sal no Rio de Janeiro.....	55
Figura 11: Escultura da bailarina Mercedes Baptista no Largo de São Francisco da Prinha..	56
Figura 12: Exposição permanente no Instituto Pretos Novos	57
Figura 13: Circuito Histórico de Herança Africana.....	57
Figura 14: Muhcab - Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira.....	58
Figura 15: A casa da Tia Ciata/Artefatos e itens.	59
Figura 16: Cais do Valongo.....	60
Figura 17: Mapa 1 – Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1812.....	62
Figura 18: Mapa da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.....	64
Figura 19: Placa do Cais do Valongo.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 - Turismo e Etnicidade no Brasil.....	14
1.1 Turismo étnico e Turismo Étnico-Afro.....	15
1.2 Racismo Estrutural no Brasil.....	17
1.3 Turistificação Negra - Memória e Identidade.....	23
Capítulo 2 - Afroturismo pela perspectiva de pesquisadoras negras brasileiras.....	26
2.1 Hierarquia de Gênero.....	28
2.2 O Papel da Mulher Negra.....	29
2.2.1 Mulheres de Angola/ “A Babá”.....	31
2.3 Mulheres Negras no Empreendedorismo/Turismo.....	34
2.4 Racismo e Sexismo com as Mulheres Negra.....	37
2.5 Movimento Negro e o Papel das Feministas Negras.....	40
2.6 O Ponto de Vista de Pesquisadoras Sobre o Afroturismo.....	42
2.7 O Entendimento das Pesquisadoras a Respeito da Pequena África - RJ.....	44
Capítulo 3 - Pequena África – Berço do Rio de Janeiro – RJ.	49
3.1 Contexto Sobre a Pequena África.....	50
3.2 Lugares de Roteiro da Pequena África.....	53
3.3 Porto Maravilha.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Há uma insuficiência em debates sobre a negritude na formação da sociedade brasileira, que revela o racismo estrutural enraizado, que permeou sociedade e trouxe uma “perspectiva eugenista”, com as políticas de modernização das cidades, atingindo nossos espaços históricos, bens culturais, materiais e imateriais, os quais tem o negro como protagonista, e tem como a prática de um turismo étnico-afro uma perspectiva de resgate, valorização, preservação, reconexão com a identidade e história.

Para você, qual nome se daria ao turismo de experiências que constroem uma determinada emancipação? O termo emancipação traz a autenticidade ao ser relacionado ao turismo étnico, sendo uma vertente do turismo cultural, em que envolve o protagonismo de experiências que tenham contato direto a vida e identidades de grupos étnicos, pela perspectiva da valorização do patrimônio material e imaterial. Ao se falar em grupos étnicos, este trabalho aprofunda o assunto quanto ao foco na população negra, no caso do turismo étnico-afro, também chamado de “afroturismo”. Este turismo, vem crescendo como segmento, e promovendo conhecimentos sobre a cultura negra, expandindo o turismo para novas narrativas, promovendo a diversidade e a inclusão.

A nomenclatura “afroturismo”, não tem seu significado definido em nenhum dicionário digital que siga a língua portuguesa. Em sua maioria quem define o que seria este turismo são blogs, sites, estudiosos e turismólogos que tenham com foco trabalho e estudos sobre o tema, empreendedores, que vêm a necessidade de contar-se e perpetuar a história da diáspora africana. Quando pesquisado “Afroturismo dicionário”, “Turismo Negro”, “Afroturismo gênero literário”, o que aparece? Destaque são outros tipos de turismo, como por exemplo, o “afrofuturismo”, ou turismo em lugares bizarros como a manchete da publicação do National Geographic, “Estará o turismo negro na moda”, sobre visitar lugares associados à morte e sofrimento, umas das primeiras publicações a aparecerem quando se dá um Google em “Turismo Negro”.

Vejamos este turismo étnico-afro como um dos instrumentos para questionarmos estereótipos e comportamento racistas, que fazem parte da estrutura mais avassaladora da sociedade. O racismo estrutural, constitui também na cadeia produtiva do turismo, ou seja, acontecem em elementos básicos desta cadeia produtiva que é o turismo, nestes elementos

constituem-se o transporte, alojamento, alimentação, e lazer, que juntos formam um conjunto, em função de interdependências setoriais, conciliam a cadeia turística. Cadeia turística esta que transparece o quanto o negro, faz parte do lugar de servir, ou por puro costume e preconceito, e estipulado ao lugar de serventia.

Embora vá muito além de refletir-se somente no turismo, se insere em uma narrativa de convívio natural de um racismo que acontece em práticas cotidianas, como quando a mulher e o sobrinho são atacados inesperadamente enquanto lancham em uma cafeteria em um shopping carioca (caso professora Mônica Rosa¹), músico de Niterói, formado, morador da favela confundido e preso por um crime que em nada teve sua participação (caso Luiz Carlos Justino²), na modelo, grávida, alvejada com um tiro na cabeça (caso Kathlen Romeu³), todos casos de negros e negras em um país que vende a imagem de “Paraíso Racial”; para quem? O racismo se espelha em um genocídio contínuo da população negra, que mata um sonho e uma oportunidade de vida melhor, sendo, cada vez por se tornar acontecimentos banais, não passíveis a impunidades em acordo com a gravidade do acontecimento. Se ecoam em vozes que elogiam a tortura, o racismo, a desumanização, clamam a intolerância, culpabilizam seus atos em distúrbios mentais, e são inspiradores do racismo que sai de bocas daqueles que são nomeados líderes, de país, de governo, os líderes que se dizem cristãos, os líderes de família de bem, que reproduzem racismo dentro de casa, como algo passível a normalidade.

As mulheres negras no país, pouco são observadas e escutadas, mas sempre são desvalorizadas, onde ser fazem a sua presença. Estas têm suas narrativas duplamente invalidadas, são as que menos conseguem emprego, são mães solteiras, vítimas de racismo em seu cotidiano, em sua maioria vítimas também do feminicídio. Criadas para servir, desde o tempo da colonização, chegam ao ponto em que “se hoje tiverem este privilégio da servidão,

¹ Caso Mônica Rosa> Polícia busca homem acusado de ataques racistas contra professora e sobrinha dela em shopping no Rio. Abril, 2022. Link: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/04/10/policia-busca-homem-acusado-de-ataques-racistas-contr-professora-e-o-sobrinho-dela-em-shopping-no-rio.ghtml>.

² Caso Luiz Carlos Justino>Músico negro preso injustamente há dois anos, volta a ser preso no RJ. Agosto, 2022. Link: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/24/musico-negro-presoinjustamente-ha-dois-anos-volta-a-ser-detido-no-rj-sem-ter-cometido-crime-algum.ghtml>

³ Caso Kathlen Romeu> Caso da jovem morta há um ano revela ausência de plano de segurança no RJ. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/kathlen-romeu-caso-da-jovem-morta-ha-um-ano-revela-ausencia-de-plano-de-seguranca-no-rj>

onde bem isso ocorre, se os jovens, homens e mulheres, tiverem sorte hoje, o seu trabalho será precário, se tiverem o privilégio serão os servos, porque pior que o privilégio da servidão, é a tragédia do desemprego completo” (ANTUNES, 2020).

Mesmo subjugadas, desvalorizadas e inferiorizadas, são elas em maioria chefe do lar; encontram no empreendedorismo uma forma de gerar renda, entregar à sociedade algo diferente do que foi entregue durante toda história aos seus antepassados, e no afroturismo, a chance de empreender em algo que as pertence, como a história.

O Brasil tem seu enorme potencial turístico por ter sua diversidade, mas observar-se uma controvérsia do país, em 2021, o Ministério dos Direitos Humanos recebeu 1.019 denúncias de injúria racial, o que se equipara ao crime de racismo, segundo dados da CNN (BARRETO, 2021). O crime de injúria tem sua pena mais branda por não ser reconhecido como um ato racista, reflexo de um racismo estrutural, a injúria é quando o crime se equipara a uma ofensa à vítima, já o racismo envolve a discriminação por cor, raça e etnia.

Qual sentido das mediações sobre o afroturismo, quando, em simultâneo, vê-se como principal estado, o Rio de Janeiro um dos lugares mais populares quando o assunto é turismo no Brasil e no estrangeiro. Em julho de 2019, uma pesquisa chamada Fichas Sínteses (FICHAS SINTESES 2014-2018), demonstrar que o Rio de Janeiro é o destino mais procurado por turistas estrangeiros que vem ao Brasil em busca de lazer com 45,2%, quando o motivo da viagem é a procura por diversão e descanso 46,1% dos turistas que chegaram ao país tinham esta finalidade.

Sendo, o Rio de Janeiro uma cidade com espaços de grande comércio desde o Brasil colônia, sendo berço de um dos lugares no país onde desembarcaram milhares de negros, a cidade contém um lugar de importância para memória e identidade de um povo negro. Este lugar, ao longo da história da escravidão e a herança africana na cidade dita maravilhosa, foram esquecidas propositalmente por muito tempo, percebe-se pelo baixo número de pessoas com mínimo de conhecimento a respeito da Pequena África, ou que sabem de algum vestígio de sua existência.

A Pequena África, onde se insere a região da Zona Portuária, durante anos passa por processo de revitalização, é não ocorre de serem revitalizações que tenham por princípio o resgate da memória ou a própria melhoria da população negra e carioca, mas inteiramente direcionado a visar somente o ganho, o capitalismo, o lucro, e o exemplo mais recente de gentrificação, na região portuária do Rio de Janeiro que, sob a justificativa da realização da

Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, passou por um amplo processo de revitalização que mudou a cara da região conhecida como ‘Porto Maravilha’.

Desta maneira, o principal objetivo desta pesquisa, é analisar o afroturismo, sobre a perspectiva das pesquisadoras, na condição de negra e empreendedora no turismo, refletindo também sobre relações de memória e identidade dos afrodescendentes manifestos em roteiro da Pequena África. Como, entre os objetivos específicos estão:

- a) Aclarar o ponto de vista do gênero feminino acerca dos afroturismo.
- b) Refletir sobre o quanto o afroturismo traz elementos da vida população negra contemporânea.
- c) Interpretar como tem se apresentado a Pequena África (RJ), e sua representação na atualidade.

Esta pesquisa está sobretudo fundamentada em um caráter exploratório, que proporcione maior familiaridade com o problema, a fim de compreender as nuances sobre o afroturismo, por perspectivas especiais de mulheres, negras e pesquisadoras, trazendo um roteiro pouco conhecido, mas importante para a construção da história do país, em meio ao capitalismo e ao racismo culturalmente velado.

Para isso, a pesquisa bibliográfica guiou-se principalmente nos aspectos diaspóricos, perpassando por memórias do período escravista, a cultura africana, a inserção – violenta e brutal- no novo contexto até à construção de novas identidades, lutas e dados da população negra.

Com o objetivo de conhecer com mais profundidade sobre o afroturismo, o racismo presente na sociedade, o empreendedorismo na visão das mulheres, fez-se o uso de entrevistas com pesquisadoras mulheres, de modo remoto e individual. As questões foram divididas em dois blocos, o primeiro trata do que é o afroturismo e acerca das questões da mulher negra como empreendedora, e do racismo. O segundo, a respeito da Pequena África – Rio de Janeiro.

Capítulo 1 - Turismo e Etnicidade no Brasil.

"Pensar a questão do negro implica mudança de direção do olhar"

(Laura Padilha, 1995, p.15).

Este capítulo será subdividido em três tópicos, sendo que no primeiro momento entenderemos como o turismo se insere quanto ao étnico, e exerce sua função sociocultural quanto ao seu tipo e classificação, mas precisamente afinando este turismo quanto à etnia e raça, em que designa uma imersão no patrimônio cultural do negro, e engloba entre as características, os fenótipos, como a cor da pele.

O racismo reflete na estrutura das vidas da população negra, também se instala no turismo, no constante apagamento, deslegitimação e inferiorização que são submetidos os corpos da população negra, em todos os lugares onde se fazem presente, não sendo tudo o que expõe de deplorável no cotidiano, ou não sendo um ato isolado a cada acontecimento. Mas seguindo como gênese da sociedade, em seu funcionamento e em sua organização, se torna constante, visível e se pendura até hoje. Como turista, ou não turista, mas em um espaço em que se encontra o turismo. No qual, o turismo se reproduz no sistema capitalista, com uma generalidade estruturante (a sua base econômica) e informa as demais relações sociais, culturais e políticas, inclusive as raciais, de gênero, de orientação sexual etc.

Ficamos atentos que o racismo e estruturalmente constante, não atos de acontecimentos isolados, basta olhar como nossa formação social e dividida desde sempre, mais precisamente implícitos desde a situação colonial, entre pretos e brancos, ricos e pobres, organizando em uma denominação violenta e desigual, de um processo que colocou os brancos como superior às pessoas negras e indígenas, hierarquia que é a base da pirâmide social, é causa de um problema maior de dominação: a expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu.

“O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais contínuo, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada”
(FANON, 2020, p.35).

No último tópico deste capítulo, abordo a estrutura deste sistema capitalista que transborda refletindo em um processo de implementação da infraestrutura turística em lugares com potencial para o afroturismo, que tenham a turistificação negra como fator de desenvolvimento, e preservação da memória e a identidade presente por acontecimentos vivenciado por antepassados da diáspora africana.

1.1 Turismo étnico e Turismo Étnico-Afro

Para enfatizar a respeito do termo étnico, Petronilha Beatriz Silva (apud SOUZA, 2018, p. 27), expõe que palavra “Etnia”, transpõe e traz a noção de origem e traços físicos, como a cor da pele, caracterizando a raiz cultural plantada na ancestralidade, em diferentes etnias. Essa raiz distingue os traços culturais e sociais, e considera patrimônio histórico e cultural como elemento na diferenciação de suas identidades. Esta raiz muda a percepção de mundo de acordo com crenças e convicções de origem, como europeia, asiática, as comunidades indígenas, comunidades quilombolas, e outras, que preservam seus valores e seus legados étnicos.

A etnicidade emerge no turismo, ao compreender a etapa a partir do planejamento e execução dos destinos, fazendo ampla reflexão sobre o “ato de se viajar” em que mostra o gosto, preferências e motivações da importância de desfrutar do destino turístico, não somente de modo supérfluo, mas para além, reconstruindo e renovando pensamentos, a partir de etnias e suas diferenças.

Tratando-se de Turismo Étnico - Afro, Luiz Gonzaga Godoi Trigo (2011), define como:

“O turismo étnico-afro é parte do turismo segmentado, inserido no contexto da valorização cultural e cidadã nas sociedades pluralistas, democráticas e com forte consciência de preservação cultural e artística, inclusão social e respeito à diversidade étnica, cultural e comportamental”

Compreende-se de modo mais objetivo que o Turismo Étnico-Afro caracteriza-se na ancestralidade negra, é a sua identidade e cultura advindas da África, e que vinha após o tráfico transatlântico a se tornar em grande parte uma cultura afro-brasileira. Sendo reconhecido pelo termo “afroturismo”, no Brasil muito além da experiência e atividade atual em crescimento, teve sua definição pelo Sebrae:

“A cultura afro é uma das bases das tradições brasileiras, presente na maioria dos atrativos e destinos turísticos do país, como igrejas construídas pelas pessoas escravizadas, museus, quilombos, centros culturais e etc.” (Sebrae, 2020).

Ao se falar em afroturismo, traz o turismo em destaque a ser inserido e a história do espaço em que ocupa, se encontra a manifestação no processo de construção, e ambiente de memórias, tenha-se uma análise de uma perspectiva maior. Não existia esse lugar de destaque, a importância desta segmentação, e vem crescendo recentemente, embora já existam há um tempo, mas como movimentação, com articulação, como posicionamento político, nos últimos 5 anos é que ganha determinada potência.

Ao ser realizado, por todos e para todos, o afroturismo carece ser praticados, com consciência.

A consciência sustentável social, de modo que, trabalhar e gerar renda com o turismo étnico seja uma prática de criar olhares voltados as desigualdades sociais, como propósito de melhorar a qualidade de vida em sociedade, com consciência cultural, baseando-se na sensibilidade de que há diferentes normas, crenças, comportamentos e valores. Além da consciência na política das comunidades envolvidas, pois o turismo étnico-afro, tem sua efetiva participação das comunidades negras envolvidas no destino, muita das vezes no planejamento, e na tomada de decisão e gestão do turismo na localidade em que este se insere, esta consciência compreende-se quando alcança não somente os padrões que definem a vida em comunidade, mas, além disso, entende-se pela compreensão dos contextos históricos e as características desses códigos de convivência em suas diferentes manifestações.

A transferência da cultura africana para o Brasil, deve ser interpretada em seu eixo histórico para compreender as riquezas e dificuldades pelas quais essas culturas passaram desde o período colonial até sua atual situação de protagonistas da sociedade em geral, e do turismo, em particular. A concepção, implementação e gestão do turismo afro-étnico requer uma compreensão das características históricas, antropológicas, sociais, políticas e econômicas das culturas envolvidas neste processo, a fim de evitar visões preconceituosas, falsamente “exóticas” ou mal interpretadas dessas culturas e povos.

Brevemente, ao se trazer o espaço e sua memória, observamos os processos de gentrificação, em que a história negra desde sua diáspora africana em que está se encontra presente nos espaços urbanos, passou a sofrer deslegitimação e apagamento em processos sociais e históricos. Enquanto valores do grupo devem estar guardado enquanto memórias coletivas, o que sustentava grandes desenvolvimentos sociais e históricos de um povo, sofreram em seus espaços de memória sob a construção maquiada de espaços modernos.

Alguns dos lugares de histórias, utilizados para a prática do afroturismo, não se deixaram serem apagados, mesmo que maquiados pela modernidade da tecnologia. Embora, em muitos deles o turismo não reflita a marcante presença negra nestas cidades, pois uma política de branqueamento e o racismo apagaram boa parte dos acontecimentos. Estas políticas impedem de visualizar a presença negra nas cidades, da memória e identidade local e de um povo, e caracteriza-se principalmente quando a população imigrante é trazida com vários incentivos, e a população negra fica desprotegida no período pós- abolição (QUINTO, 2021). E o que resta da presença negra, massacrada e substituída por políticas de modernização das cidades, que insistem em silenciar marcas da cultura negra.

1.2 Racismo Estrutural no Brasil.

Na construção social brasileira, foram as três décadas que sucederam a abolição da escravidão, que se tornou possível a observação do que aconteceu com a população ex-escrava em áreas urbanas e rurais.

Para Lima, jornalista e escritor brasileiro, "Nunca houve anos no Brasil em que os pretos (...) fossem mais postos à margem" (BARRETO, 2011, pg. 34-42) como período após abolição. Os negros alforriados foram jogados ao mundo, além de serem discriminados pela cor, acrescentaram-se à população pobre e formaram os malquistos dos novos tempos.

O preconceito racial abolicionista tinha na divulgada superioridade da raça branca como parte na ideia constitutiva do que seria o "progresso". A superioridade, surgiu com a concepção de trazer união aos brancos, e super explorar as outras etnias. Formando a ideologia do racismo, em qual consiste na explicação para com a denominação de classe, a europeização acrítica de suas camadas dominantes, passando a existir até na periferia do sistema.

Na contemporaneidade, o racismo consiste no aglomerado de convicções que inferioriza um determinado grupo étnico, estruturado no preconceito racial, é não praticado de modo

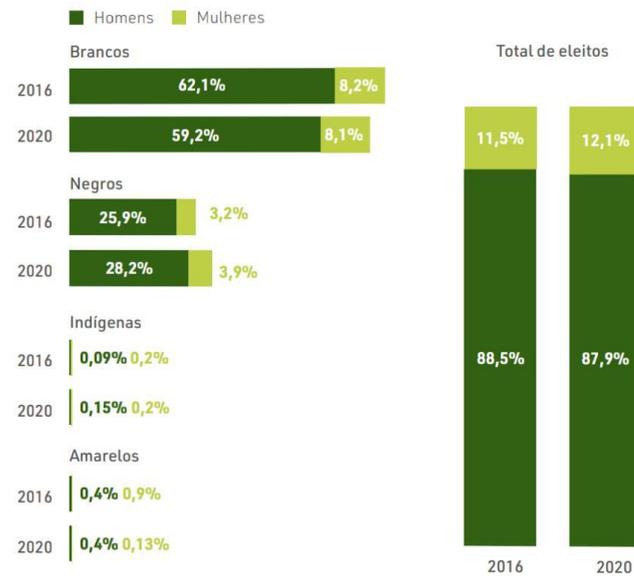
velado, mas de maneira escancarada, especialmente considerando os aspectos institucionais e estruturais. Torna-se, de acordo com o Código Penal Brasileiro, da Lei do Crime Racial – Lei 7716/89 (Brasil, 1989), do artigo 20, como crime a prática de induzir ou incitar a discriminação, ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião, ou procedência nacional, a contar de 5 de janeiro de 1980, sendo este crime inafiançável e imprescritível.

Compreende na dimensão da coloração menos acentuada como uma forma de diminuição no racismo, e não uma forma de diversidade em sua incidência. A pigmentocracia, uma das faces do racismo, onde diferentes tipos de pele são tratados de acordo com sentido sociais, afeta em termos de direito, as pessoas mais retintas, até por uma regra natural na dimensão da raça. Todavia, isso não quer dizer que o negro mais claro esteja imune a ser afetado por uma abordagem da raça tão perversa quanto o negro retinto.

Menos perceptível, de modo que, muitas vezes, nem parece racismo, a estruturação no racismo, pode ser percebida na averiguação de que poucas pessoas negras ocupam cargos altos em empresas; nos cursos das melhores universidades, a maioria esmagadora — quando não a totalidade — de estudantes é branca; ou quando há piadas racistas, ou o uso de expressões linguísticas. A situação fica ainda pior quando as ações ou apurações descritas são tratadas com normalidade.

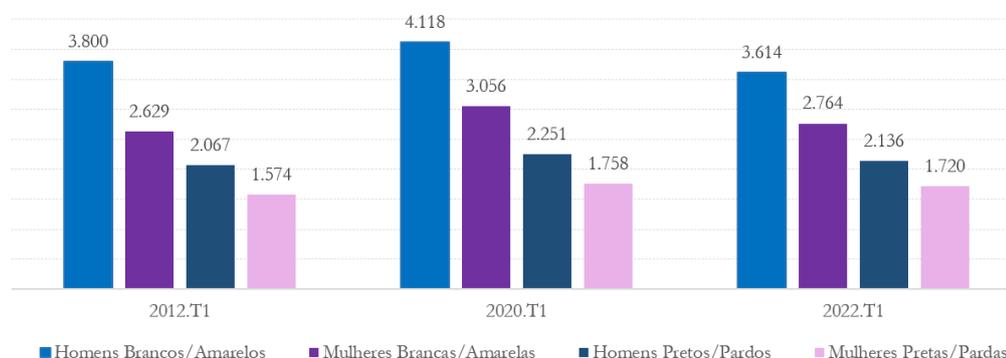
Como dialogado por Silvio Almeida, na apresentação do dossiê Marxismo e questão racial “ao contrário do que pregam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente. (ALMEIDA, 2021, pg. 62). É o racismo, portanto, uma forma bem específica de “naturalizar” a vida social, isto é, de tratar, e limitar-se a ele somente nas divergências entre indivíduos, grupos, e sociedade, a respeito de uma etnia, quando de fato, o racismo organiza-se em reproduzir estruturalmente de modo natural o negro como inferior, em diversas nuances, nos setores políticos, econômicos, educacionais, e por que não, turístico.

Na política, de acordo com gráfico abaixo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), lança um olhar sobre a composição racial de prefeitas eleitas. De acordo com gráfico as mulheres negras, correspondem a 3,9% das chefes do executivo municipal, enquanto os homens negros correspondem a 28,2%, e as mulheres 8,1%, e homens brancos ficam com maior porcentual, de 59,2%. Vê -se a desigualdade exponencial quanto a gênero e raça.

Figura 1: Prefeitos/as eleitos por gênero e raça (2016 – 2020).

Fonte: TSE – nov./2021.

Na economia em 2022, foi constatado segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (NACIONAL, 2022), sobre os rendimentos de mulheres negras, que ganhavam menos da metade do que os homens brancos ganhavam. As mulheres têm os salários menores do que as não negras e os homens. No primeiro trimestre deste ano, das 48,8 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas metade estava inserida no mercado de trabalho. A participação das mulheres negras entre os 10% com os maiores salários ainda é baixa, mesmo após um crescimento entre os anos de 2012 (1.574) e 2022 (1.720).

Figura 2: Rendimento médio por grupos de gênero e raça.

Fonte: Gráfico Janaína Feijó - com base nos dados da PNADC/IBGE.

Sendo o Brasil, um país conhecido pela sua diversidade. Vê-se em simultâneo a esta qualidade os índices de letalidade aumentar sobre a vida negra, expressos em pesquisa, como o Mapa da Violência de 2019, que demonstra em seus dados alarmantes, sobre a destruição da juventude negra nos últimos anos (IPEA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 29), que implica no desenvolvimento econômico e social. A população jovem, em maioria homens, entre os 15 e 29, tem sido morta de forma violenta; Entre as mulheres, quanto a violência que as acometem, as mulheres negras estão entre o maior contingente de feminicídio.

Procurado para visitação turística, o Rio de Janeiro dobrou seu número de registro de racismo no primeiro semestre de 2021 comparado ao mesmo período de 2019. Segundo um levantamento do ISP-RJ (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro), mais de 86% dos mortos em operações policiais eram negros e pardos, em comunidades cariocas, estas que são justamente locais que muitos estrangeiros idealizam e romantizam como lugar com pontos turísticos ideais para visitação. Fica claro que a cor da violência por todo país, tem sua cor como “pele alvo”, sendo a própria população à responsável por determinar o negro com “preto e ladrão”.

Este índice, pode ser visto, em 2022, quando em bairro majoritariamente de classe média, a Barra da Tijuca — RJ, cenário de turistas anualmente, onde se passeiam pela orla carioca, , se encontra entre suas belezas um local de frieza e sangue, cenário de um brutal assassinato de jovem negro de 24 anos, chamado Moïse, estrangeiro vindo do continente africano, mais especificamente da República Democrática do Congo, em busca de uma realidade melhor, sem violência, vivendo em condições mínimas no Brasil, depara-se com uma realidade em que se é preto, automaticamente a sina e ser ladrão.

Figura 3: Protesto de justiça pela morte de MOÏSE.



Fonte: Agência Brasil Foto - Tomaz Silva – fev. 2022.

Conforme a foto, houve atos em protesto para pedir por justiça pela morte de Moïse, ocorridos em todo Brasil, e principalmente no Rio de Janeiro, no dia 5 de fevereiro de 2022. Ilustra centenas de manifestantes, dentre eles, a família do congolês e defensores de direitos humanos, e entidades defensoras da causa negra, em frente ao quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca, onde o congolês Moïse Kabagambe foi morto.

A morte de Moïse, nos conduz à indagação, de uma das facetas mais cruéis do escravismo brasileiro, como iguala a ocorrência de estrangeiro africano, vindo da África para o Brasil, tratado e morto da maneira como foi, na cidade onde ocorreu, remete a história daqueles que chegavam da África em navios transatlânticos, muitas vezes, pelo porto do Rio de Janeiro, e eram descarregados, e até “descartados”, em cemitério clandestino próximo ao porto. Aos que não resistiam a diversas torturas, inclusive a travessia, tendo seus corpos lançados “*a flor da terra*”. O que aconteceu com Moïse, se fosse na época da escravidão, o fim seria estar com os seus, e sofrer duplamente a violência de seus corpos jogados no Cemitério Pretos Novos, cemitério destinado a sepultar, de modo insalubre, corpos negros.

“Ter atravessado compulsoriamente a *kallunga*⁴, para ter de morrer e ser sepultado em um lugar como este, era uma violência simbólica cometida contra as suas práticas religiosas, um descaso para com seus ritos e o fim de uma possibilidade de continuar existindo junto dos seus que já haviam partido.” (PEREIRA, 2006, p. 191).

Como elucida Florestan Fernandes “o brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter preconceito”, tal como “preconceito do preconceito” (FERNANDES, 2017, p. 42) precede o que vivenciamos. O racismo em que todo mundo admite que existe, mas ninguém aceita que pratica, nomeado de racismo à brasileira, impossibilita que as manifestações mais indiretas e ardilosa do racismo sejam combatidas e erradicadas, acabando por dificultar a consciência racial do afro-brasileiro.

“No Brasil, a invisibilidade do próprio racismo se articula, sobretudo, na naturalidade com que os pequenos gestos e incidentes de cunho racista são aceitos e justificados como algo sem importância.” (LARKIN, E. 2008, p. 225)

Esta invisibilidade, naturalidade com que atitudes racistas ocorrem, propulsiona as desigualdades raciais, o que impede as condições ponderada, o acesso ao emprego, a educação, a cultura, estas condições ficam claras ao trazer o olhar para a concentração da população negra em superfícies mais pobres e vulneráveis, que durante muito tempo, elevou posições na mobilidade social com rara ocorrência, e de modo restrito.

Há de se permitir lembrar, que a escravatura só existiu porque houve um discurso racista que a sustentava, e esse discurso sustenta no presente, a violência da desigualdade social, a violência, a intolerância religiosa, a violência na falta de representatividade, a violência da gentrificação das cidades, como forma de higiene social, a violência das prisões, agressões e assassinatos diários dos descendentes escravizados. Mas se o racismo ainda se sustenta, o samba também, e as histórias que conta o samba, é a memória e a identidade negra.

⁴ A etimologia da palavra faz alusão à travessia atlântica e deriva da mesma raiz que a palavra *kalunga*, linha que atravessa oceanos e permite o diálogo entre os mundos dos vivos e mortos além de outras possibilidades simbólicas que delas se extraem | Consistia em atravessar, um verdadeiro rito de passagem que envolvia grande sofrimento (NEGRA, G. I. DA M. Kalunga e o direito: a emergência de um direito inspirado na ética afro-brasileira).

1.3 Turistificação Negra - Memória e Identidade

“Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi” - “Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você esqueceu. (NEGRA, 2021)

A lei de 9 de janeiro, nº 10.639/2003 coloca a sociedade inteira diante da obrigatoriedade de assumir o legado africano, como uma pré-condição essencial para desenvolver conhecimento.

O Cais do Valongo, por exemplo, considerado o maior porto de entrada de africanos na América Latina, foi responsável por receber entre 500 mil e 1 milhão de negros escravizados no Rio de Janeiro entre os anos de 1811 e 1831. Em 2011, foi redescoberto em razão do processo de revitalização da região portuária, tornando-se agora um lugar ressignificado, imaterial, utilizado como legado da chegada de africanos ao Brasil, revitalizado para conhecimento da história africana, e utilizado atualmente como movimento turístico. Reflete-se ao fato, em como ressignificar de uma perspectiva turística um lugar de memória da dor e do castigo, tendo em vista que estes locais refletem a identidade de um povo.

A turistificação é estipulada como a transformação funcional do espaço e das dinâmicas, permeadas pela proliferação de atividades vinculadas direta ou indiretamente ao acolhimento e consumo de serviços e atividades turísticas.

Lugares assim de potencial turístico, sofrem com processos de implantação turística, é a apropriação deste espaço, bem como sua transformação, como o Cais do Valongo, que vem sendo adequado turisticamente pelas políticas oficiais de prefeituras e iniciativas de movimentos negros do Rio de Janeiro.

Toda a discussão ao redor do turismo, em lugares como Cais do Valongo, de contestação simbólicas que se desdobram em discussões acerca da identidade, patrimônio e apropriações conseguintes da memória africana. Elabora-se a necessidade de analisar a relação entre o turismo e memória dos afrodescendentes, sobre o espaço, procurando a compreensão de como o turismo se manifesta na construção da identidade e de patrimônios culturais, não tratando como lugar somente responsável pela tradição macabra, como exótica, mas como propulsora da identidade negra por toda nossa cultura, pois “As relações que conduzem a nossa história,

elas só se fazem entender, se a gente entende a presença de africanos e africanas e da própria escravidão” (BRAGA, 2020).

Preservar a memória dos espaços onde houve fatores de acontecimentos, fortes para história e construção brasileira, é resguardar esta história, a nossa identidade, promovendo um conhecimento para além do turismo de lugar, de pessoas, e de histórias, de narrativas que eram inviabilizadas que não foram contadas, ou foram, mas pelo olhar do europeu.

Este olhar europeu, e o que caracteriza e traz a memória dos negros, como desajustes, e a identidade como fragmento, como se o negro não tivesse passado anterior a escravidão. Ser negro o torna a uma dimensão afro-diaspórica, uma proporção que não abrange a questão social. O que leva a crer, na memória, o negro sempre como um ser não nacional, um desajuste da nação; e não é e não pode ser a identidade do povo.

A identidade negra faz parte do processo histórico, ou seja, a crença de que os sistemas de dominação racial criaram apenas aspectos de matéria e controle material, limitados a períodos específicos e isolados da história mundial, por exemplo, com o trabalho social setorial e sua dimensão geopolítica. Essa ingenuidade é a primeira premissa que devemos quebrar, pois o controle desumano da escravidão sobre o sujeito negro permite a conquista total do corpo escravo e de seu território, tanto física quanto mental.

Esta identidade consiste, como uma construção social, cultural, histórica e plural. Acarreta a construção da visão de um grupo racial/étnico, sobre o olhar de outro grupo racial/étnico sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Esta identidade, sofre por vezes uma prática social do esquecimento, com relação a memória coletiva da sociedade, ou uma desintegração que ligam certas práticas, símbolos e elementos de povos específicos.

Boa parte sobre o que compreende a desintegração da identidade dos negros e negras deste país, que vieram do continente africano, e às identidades culturais construídas a partir do seu desembarque no Brasil ganha uma maquiagem e distorção de história, onde nos limita somente ao lugar de subserviência sempre que possível e a falta de alusão de referências acerca da história e a cultura afro resultam no desconhecimento de suas raízes, que são também as raízes do Brasil. Este desaparecimento, de modo que não se perceba, ou essa distorção de identidade, desenvolve na sociedade, uma falta de conhecimento a respeito de suas origens, e contribui para que os afrodescendentes tenham pouco autoestima, minando seu pleno acesso a luta por seus direitos e oportunidades.

A construção da identidade cultural brasileira como a conhecemos, da música, da língua, das danças, das religiões, das artes marciais, da culinária teve particularmente uma forte influência responsável, além dos homens negros escravizados de diferentes lugares da África, pela perpetuação da cultura africana: A mulher negra.

As mulheres escravas, e as recém libertas no período pós abolição, foram muitas vezes porta-vozes de um povo que foi vítima de apagamento e de uma desmembração histórica e cultural, tornando-as hoje grandes bases importantes para manutenção da memória negra, responsável por revelar a construção identitária e a identificação a partir da ancestralidade africana. Estas mulheres, assumem cada vez mais o seu papel nas lutas raciais feministas, estão em sua maioria em universidades, e em sua maioria no turismo afro, assumindo posições de importância na sociedade, dependendo menos da figura masculina.

Mesmo que pareçam ter tido papel secundário na pouca memória negra perpassada, a mulher negra teve e tem seu papel de luta para garantir seus direitos identitários perante a uma sociedade machista, patriarcal e racista, e que algumas décadas vêm ocupando espaços importantes nos cenários brasileiro cultural, social, político e religioso, resultante de suas significativas lutas.

Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas, conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro, para levantar reflexões sobre as possibilidades de reconexão dos afro-brasileiros com o continente africano através do turismo, ampliando perspectivas e despertando novos vínculos e descobertas.

“O valor final do conhecimento está no seu papel de trazer o bem e aumentá-la no mundo, assim tornando o mundo mais belo e benéfico que quando nós o herdamos, para que o legado que deixamos para as futuras gerações seja merecedor de nós como povo africano”.

(LARKIN, 2008, p. 357)

Capítulo 2 - Afroturismo pela perspectiva de pesquisadoras negras brasileiras.

“Ser mulher é difícil. Negra ainda muito mais. Mas, se você para porque é negra e é mulher, não chega a lugar algum “
Elza Soares

Este segundo capítulo é formado por dois tópicos, cujos objetivos é tocar no principal de toda temática que o constitui: aclarar “O ponto de vista de pesquisadoras sobre o afroturismo”, e “Entendimento das pesquisadoras a respeito da Pequena África”, onde traz as perspectivas delas de um lugar onde foi maior porto atracador de navios negreiros da América Latina, é lar histórico da comunidade afro-brasileira, a Pequena África – RJ. Trazendo para a discussão, excelentes três pesquisadoras, entrevistadas para complemento deste trabalho. Ressalte-se, ainda, que se tentou a entrevista com uma quarta pesquisadora, que igualmente figura dentre os destaques acadêmicos para este tema, cujo impedimento se deu em função de problemas técnicos.

Com excelentes entrevistas e bate papos, que poderiam com preferência acontecer presencialmente em uma lanchonete, restaurante, ou até mesmo em um café, com uma maior proximidade, de forma mais descontraída, porém como todas as entrevistadas moram em outro estado, tiveram que ocorrer, de maneira remota. A primeira ocorreu em 9 de junho de 2022, com Solange Barbosa, turismóloga, historiadora, CEO da Rota da Liberdade, atuando com o afroturismo desde 2006. Ela trabalha com comunidades negras tradicionais, entre elas comunidades quilombolas, mas também trabalha com grupos de jongo, com matrizes de religião africana. Em seguida, foi ouvida, em 21 de junho de 2022, Teresa Mendonça, atuante com temáticas de pesquisa a respeito do turismo de base comunitária, turismo e etnicidade, turismo e populações tradicionais, turismo em unidade de conservação e turismo em espaços litorâneos. E por último, no dia 23 de junho de 2022, com quem tive um esclarecedor bate-papo, Luana Ferreira, licenciada e bacharel em História/UERJ, guia de turismo em narrativas afro-referenciada, que ajudou a entender mais profundamente a respeito da Pequena África. Todas foram importantes para o desenvolvimento do caminhar, embora uma das entrevistas, que seria

a quarta delas, com Geny Guimarães, pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), não foi concretizada, por motivo daquela que foi criado para nos conectar, mesmo de longe, a tecnologia, acabou por desconectar-nos de um possível e enriquecedor bate-papo, ao se ter problemas recorrentes com a plataforma “Microsoft Teams”, disponibilizada pela instituição e utilizada para realizar e gravar encontros.

Antes de trazer estes diálogos para esta discussão, via-se a necessidade de entender o contexto em que insere a mulher na hierarquia de gênero na sociedade, pois estes se interligam ao recorte de raça e classe, e o papel desta mulher negra na sociedade desde o período colonial, e seus recortes. Para além da mucama e babá e, outros papéis pouco explorados, as mulheres negras tiveram um grande papel no comércio de rua, como “cativas de ganho”, para este contexto é importante trazer como tópico para se entender o seguinte, “as mulheres negras no empreendedorismo e no turismo” estão entre as com maior presença no afroturismo, e se fazem grande presença no empreendedorismo no geral, mesmo que em sua maioria seja desvalorizada, questionada, inferiorizada, discriminada, sexualizada etc. Este precede ao debate no tópico do “racismo e sexismo com as mulheres negras”, onde vê-se que:

“No momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente {eram mestiças em sua maioria}” (GONZALEZ, 1982, p. 101)

Como se ser do gênero feminino já não nos fosse motivo de inferiorização na sociedade brasileira, o ser mulher e negra, tende impor sofrimento triplo por essa opressão, quando envolve a classe social destas.

Contra a desvalorização, questionamento, inferiorização, discriminação e sexismo, e trago para a pesquisa, a partir de mulheres como Lélia Gonzalez e tantas outras protagonistas, “o movimento negro e o papel das feministas negras”, para mudanças de olhares, por meio de vozes e lutas de mulheres e representantes negras, este é um tópico interessante para se compreender a potência que a mulher negra tem, mesmo diante de depreciação contínua do ser mulher e preta, e em como ter estas mulheres como voz fundamental na perpetuação do afroturismo é importante.

2.1 Hierarquia de Gênero

Entender o Brasil, e sua história, é inter-relacionar questões relacionado a informações de dados de gênero, etnia e de classe social.

A sociedade escravista era estruturada de forma bastante inflexível, e cada indivíduo africano, obrigado a embarcar na viagem transatlântica, os que tinham seu preço valorizado, ocupavam um lugar para ele pré-determinado, sejam eles homens negros ou mulheres negras, o que permitia essa diferenciação social era a condição do sujeito, condição que demonstra a cor da pele como requisito para definição de hierarquias no século XIX.

A cor da pele, é a maior base simbólica de dominação racial na sociedade brasileira. Estes traços simbólicos foram, logo, transformados em determinados limites de valores e sobre elas foram intitulados, estereótipos e representações, agregadas ao estigma do corpo. Todos os aspectos, são reconhecidos por negros e brancos, esse princípio funciona como um instrumento utilizado para controlar as relações desiguais entre grupos, entrando sempre em concerto com as hierarquias de gênero.

Enquadradas em hierarquias, estão as mulheres negras escravizadas, inseridas em um nível social ainda mais inferiorizado, e subjugado, quanto aos homens escravizados, tanto por ser mulher, como por ser escravizada e, de modo obvio, também por ser negra. Em um período de extrema opressão a população negra, falar da mulher escrava, consiste em adentrar em um universo em que vivenciou experiências de ter sua identidade menosprezada, com narrativas históricas, limitadas como mão de obra desclassificada e, objeto de troca entre traficantes negreiros, no momento em que, a realidade adentra o ser feminino como personalidades que construíram sua própria história, perante a desenvoltura de criar laços familiares e matriarcais, contra e a favor a sua vontade, persistidas pelos senhores de escravos.

Enquanto o homem negro “escravo” era uma mão de obra para trabalho pesado, responsável pelos grandes “motins”, as mulheres eram respectivamente designadas para trabalhos os mais próximos dos “domésticos”, como bem dizemos. Ambos os gêneros, quanto a carga de trabalho, experimentaram um resquício de igualdade na crueldade por eles vividas. O homem era marcado pela sua produção, forças, surras, muitas vezes seguidas de morte e marcada por violências constantes e múltiplas, e as mulheres, marcadas pelo estupro, sexo, reprodução, e a lactação. Essa mínima comparação entre “igualdades” vividas, e algo bastante adverso a estudos que, ambos os gêneros tiveram suas insubmissões no período durante e na

pós-abolição, individuais e conjuntas, com divergentes lutas antiescravistas, e individuais, como o feminismo negro.

Os estudos sobre a escravidão não visibilizam as mulheres, camuflando muitas narrativas da realidade, desde a onda de estudos e publicações dedicadas aos estudos sobre a escravidão, na década de 70, que não incluía a situação das mulheres escravizadas, exceto os estudos de Herbert Gutman (1976) a partir da discussão sobre a família negra. Logo mais viria estudos protagonizados por mulheres negras, como Ângela Davis. Ou seja, demorou para questões negras serem exploradas e demorou muitos mais para as questões acerca da história da mulher negra “escravizada” ser explorada.

Dentre todos os países do continente americano, foi o território brasileiro, onde foi importado um número maior de escravizados africanos. A estimativa, segundo dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro” (REIS, 2000), ou seja, desembarcaram ao longo de mais três séculos negros retirados da sua casa, cultura, costumes e família, para serem escravos em outro continente, estima-se que foram mais de 9 mil viagens negreiras rumo ao Brasil. Entre esses 4 milhões, não há dados comprovados, de um número exato de mulheres negras advindas de uma das quatro principais rotas dos navios negreiros que conectaram o continente africano ao Brasil, sendo: Mina, Angola, Guiné e Moçambique.

Ao fato de que as condições sociais que forjam a realidade social brasileira, e refletida no quadro de hierarquias com a sua característica de negociação desigual entre ser um homem branco ou negro, e uma mulher negra ou branca. Essas relações de hierarquia refletem na experiência das mulheres negras na vida, sua posição no mercado de trabalho, na sua sexualidade, e com ademais setores da vida das brasileiras negras.

2.2 O Papel da Mulher Negra.

O lugar da mulher negra na história do Brasil, consta que, não é totalmente diferente do lugar em que ocupam na contemporaneidade, de certa forma:

“Há uma dupla imagem desta mulher atualmente: mulata e a doméstica. Também emerge a de mãe preta, colocando uma nova perspectiva” (GONZALEZ, 2020, p.4).

Ela teve que construir sua identidade de mulher negra brasileira, perante um contexto que, ao chegarem nas Américas, teve que se ajustar na reconstrução da subalternização e servidão de sua pessoa, como mão de obra escrava e objeto sexual desejado, perante o controle dos seus corpos, negros e indígenas, por colonizadores. Além de, por determinações de raça e classe, serem submetidas a trabalhos de cozinheiras, mucama, amas de leite, reprodutoras de proles extensas, sendo-lhes, em caráter civilizatórios, negado o direito de exercer suas práticas e manifestações culturais, como hierarquicamente impossibilitadas de terem papéis de poder e liderança, visto que, adivinha de uma sociedade misógina e racistas.

De economicamente cultivar e vender seu próprio alimento, ser mucama, bordadeira e engomadeira, vendedoras, dentre outras atividades e grandes papeis como percussoras da comunidade, mantenedoras, divulgadoras de costumes culturais vindos da África. As mais velhas escravizadas, ainda atuavam como curandeiras e feiticeiras, lançando mão de ervas para diversas finalidades, até mesmo, invocação de deuses e deusas africanos, utilizados hoje como remédios, com a finalidade de cura ou alívio.

Arquitetar formas de manter resistência, nos pequenos resquícios de sua cultura africana ancestral. A respeito do que eram as mucamas, o texto de June E. Hahner, em “A mulher do Brasil”, assim exprime-se:

“A escrava de cor criou para a mulher branca das casas-grandes e das menores condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do feito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. [...] O amor para a escrava [...] tinha aspectos de verdadeiro pesadelo. As incursões desaforadas e aviltantes do senhor, filhos e parentes pelas senzalas, a desfaçatez dos padres a quem as Ordenações Filipinas, com seus castigos pecuniários e degredo para a África, não intimidavam nem faziam desistir dos concubinatos e mancebias com as escravas”.

E praxe que o lugar da mulher negra já foi e ainda é muito pré-estabelecido, quanto mais próximos forem os traços da mulher negra, como o fenótipo das negras da África Ocidental e Sul da África, mais vítimas de desvantagem social, estigmatizadas, são em suas relações sociais. Ser uma mulher negra preta, ou seja, com a pigmentação da pele mais escura - e assim mais próximas das africanas ocidentais -, é, portanto, ter suas capacidades inferiorizadas. É mais fácil achar o (não) lugar da mulher negra, que de fato, deixarem de demarcar a mulher em abaixo do lugar na escala social. Ou seja, como dizeres da jornalista Taísa Silveira, 30 anos “É

muito importante da gente pensar esse nosso lugar social, pois a sociedade que é patriarcal, racista e misógina termina determinando alguns papéis não só de gênero, mas sociais para determinados sujeitos” (ASA BRASIL, 2022).

2.2.1 Mulheres de Angola/ “A Babá”.

Uma parte grande dos africanos que vieram trazidos para o Brasil, veio do continente africano, ou seja, da parte oriental e centro ocidental, destaca-se dois principais grupos entre estas partes, os sudaneses e os bantos. Sudaneses advindos da África Ocidental, Sudão e da Costa da Guiné, para diversas localidades do Brasil, mas pontualmente grande parte para Bahia, e os bantos, advindos de Angola, Moçambique, Congo e Cambinda (sul da África), predominavam no Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (JUNIOR, 2022).

Tratando especificamente dos bantos, e pontualmente das mulheres de Angola, um dos países que mais contribuíram para uma série de influências no jeito de se comportar, nos traços culturais, no idioma, comida, música, nas manifestações religiosas. As mulheres de Angola foram grandes percussoras destes traços característicos da cultura afro-brasileira, estas mulheres negras, a mulher negra angolana, deve ser considerada na história como a “mãe ancestral”, a figura ancestral emblemática de todos os brasileiros.

Ao observarmos nosso cotidiano, em um mercado, mercearia ou feira, por exemplo, na parte de hortifrúti temos ingredientes como o maxixe, jiló, andu, dendê que é a grande característica identitária da cozinha da Bahia (BA), o azeite de dendê, o uso frequente da banana, o fubá, a abóbora moranga, dentre tantos outros detalhes da culinária brasileira, vieram de Angola por pessoas escondidas e esquecidas praticamente na história do Brasil, embora responsáveis por tradicionais cantigas de ninar advindas da Bahia, como:

<< Su, su, su,
Menino Mandu,
Quem te pariu
Que te dê caruru >>

(Acalanto mais popular na Bahia “Menino Mandu”)

Figura 4: Pintura mãe preta



Fonte: Google - A autoria de Lucilio de Albuquerque de 1912.

A babá, uma palavra bantu, que significa “curadora” e “criadora”, foi a responsável por ser a pedagoga e ensinar as primeiras palavras e cuidar de crianças, suas e de seus senhores. A mulher negra, está de origem angolana, com um vocabulário nativo, *kikongo*⁵ e *kimbundu*,⁶ línguas de Angola. Considerando, que a língua substância o espaço de identidade de um determinado povo, então, se estas palavras são conectadas a língua de Angola, significa que a mulher responsável, em sua maioria, por cantar cantigas e usar destas palavras, era uma mulher angolana.

Na própria sociedade, a cultura e os valores sociais angolanos, a mulher existe para cumprir o papel da reprodução, como figuras maternas, ou melhor condizendo aos fatos, figuras matriarcais, que eram o que muitas mulheres escravizadas eram destinadas a serem no

⁵ Kincongo ou quicongo. Quicongo|n.m|adj. (origem banta). Grupo de línguas bantas faladas pelas tribos muxicongo, malombe, cabinda, cacongo ou fiote, mussurongo, mazombo, sosso e mussuco.

⁶ s.m. Língua do grupo banto, falada em Angola. Quimbundo|n.m|adj. Língua da região de Luanda, Catete, Malanje e as áreas de fronteira no Norte.

Brasil, como as amas de leite, que deixavam de amamentar seus bebês para dar o peito aos filhos das “sinhás”, foi esta a figura matriarcal, a mãe preta, que criou o Brasil e os brasileiros.

O papel que a negra sempre e em sua maioria é vista, ou simbolizada expressamente na sociedade, até os tempos atuais, ainda é o lugar de servir, na maioria das vezes, no lugar da doméstica e babá, por toda a narrativa construída ao entorno da mulher como a doméstica e mãe preta, insiste em perpetuar a mercê da imagem da mulher negra. Este estigma persevera ao visualizar o maior número de mulheres negras nas escolas não seguem o mesmo parâmetro do mercado de trabalho, por conta das oportunidades dadas. Muitas das que não podem se dar ao direito de estudar, pois tem que colocar alimento dentro do seu lar, é para isso tem que trabalhar para sustentar sua casa e família. Com isto, restringe o poder de escolha destas mulheres, tendo que submeter-se a empregos que desde antigamente foram caricatos com a suas imagens, ao cuidar de filhos (as) de patrões ricos, em sua maioria brancos, cuidar do lar e da limpeza da casa, recria o estigma da mulher negra africana no país.

Enquanto lidavam com trabalho pesado doméstico, sem direito a folgas, longe de filhos e sem qualquer remuneração, as negras cuidavam de seus afazeres, cozinhavam, cuidavam da casa, amamentava, passava, costurava, lavava e engomavam roupas, cuidava do quintal, dos animais, todos os possíveis serviços domésticos da época que lhes designassem, eram realizados em troca mínima de roupas, comida, lugar para morar, era uma relação dita de “troca justa” com seus senhores, visto que, mantinham um laço de dependência e estratégia, que alimenta a noção de que as escravizadas deveriam se gratas por aquela oportunidade, de estar naquela família, praticando qualquer serviço doméstico, para o escravocrata interessava ver escorrer qualquer vestígio de identidade africana, era uma espécie de “desafricanização”, onde qualquer vínculo ainda existente com sua terra, a ancestralidade, a religião, a liberdade e, sobretudo a soberania sobre a própria vida.

Segundo dados da Agência Brasil, hoje ainda se vê relações da mulher brasileira doméstica (sendo em sua maioria negra), representadas por 65% de pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil (VILELA, 2022), e da patroa (em sua maioria nitidamente branca), em ambiente onde a patroa diz tratar como se fosse da família, quando muitas das vezes a relação social de ambas não ultrapassa cozinha e sala-de-estar, e recebe menos que um salário-mínimo.

As negras passaram a ser grandes pioneiras no comércio de rua, para comprar sua liberdade, as escravas foram as primeiras a abrir o próprio negócio. As chamadas “cativas de

ganho”, enquanto os negros trabalhavam em lavouras de café, as mulheres ou crianças usavam da mão de obra das negras e lucravam, com a venda pelas ruas, de legumes, frutas, verduras, artesanatos, como demonstrado na imagem da figura 5. Enquanto grande parte do lucro obtido iria para o senhorio, o que sobrava para a escrava, seria utilizado no vestuário, alimentação, ou sua carta de alforria.

Figura 5: A negra, o tabuleiro, seu filho e seu pano de costa



Fonte: Fotografia Cristiano Jr. (1864-1866).

2.3 Mulheres Negras no Empreendedorismo/Turismo.

Conforme a matéria “A mulher negra viajante: experiências e estratégias de combate à sua (in) visibilidade no turismo”, para Revista de Turismo Contemporâneo (DOS SANTOS E COIMBRA DE SÁ, 2011, p. 255 apud SWAIN, 2005), foi somente em meados da década de 1990 que surgiram estudos destacando que as questões de gênero são um elemento essencial para as pesquisas em turismo. Em meados de 2019, a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), em sua subdivisão voltada para a defesa dos

direitos humanos das mulheres (ONU Mulheres), observando o setor se tornar robusto, consolidado e repleto de oportunidades, o mercado abre espaço para a presença feminina, como indústria que mais tem chances de empregar mulheres e minorias pelo seu grande nível de alcance e oportunidade.

Mesmo sendo figuras marcantes para o desenvolvimento comercial na história, não sendo tão retratadas neste papel, mulheres negras empreendedoras vem se destacando e crescendo no setor de turismo e entretenimento. O turismo vem no sentido de driblar o desemprego dentre as mulheres negras no Brasil, tendo em vista que pessoas pretas e pardas, sendo em sua maioria mulheres. Como é demonstrado em pesquisa recente divulgada pela FGV/Ibre e IBGE, no dia 25 de julho de 2022, Dia da Mulher Negra, que:

Das quase 49 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas metade estava inserida no mercado de trabalho (51,2%). O estudo mostra que 43% das mulheres pretas e pardas ocupam postos de trabalho informais, uma taxa superior à média nacional. Segundo a pesquisa, as mulheres pretas e pardas ganham, em média, menos da metade que os homens brancos, e o equivalente a 60% do rendimento médio das outras mulheres.

Ao passar à demonstração de dados disponibilizados FGV/Ibre e IBG, e divulgadas pela imprensa através do Jornal Nacional, sobre o Dia da Mulher Negra, Júlia Vitória, uma jovem negra que estava sendo entrevistada, fez a seguinte contestação: "Eu tenho que comemorar as minhas raízes. Não posso esquecer de onde eu vim; não posso esquecer de jeito nenhum para que eu vim, e porque eu vim. E tenho que mostrar, sim, o meu valor para as pessoas. Trabalhando, estudando, fazendo o seu melhor para você poder sobreviver. Porque hoje é o que a gente faz, a gente sobrevive, mais nada" (NACIONAL, 2022).

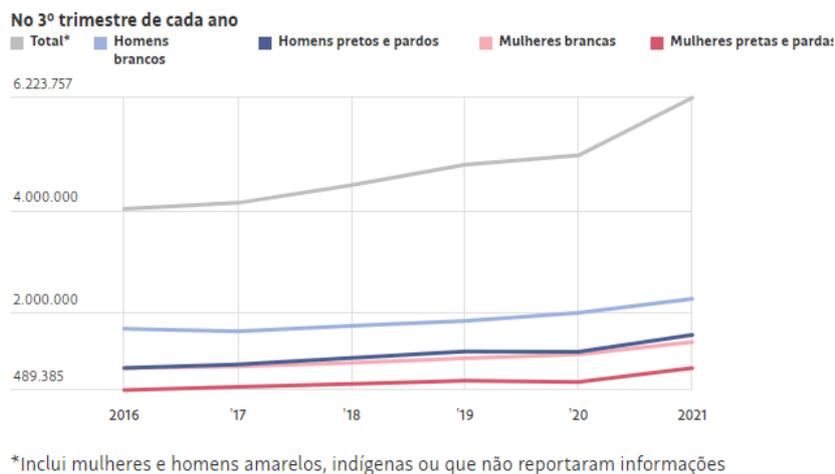
Estas porcentagens trazem nossa realidade atual brasileira, após uma pandemia global, e além do desemprego, isso reflete também no fato que aquelas que conseguem se inserir no mercado de trabalho recebem salário inferiores à sua jornada comparado a outros gêneros, ou raça.

Já as que trabalham por conta própria demonstram um crescimento, segundo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), de 36%, o que, apesar do considerável crescimento, representa a menor parcela em relação a outros trabalhadores autônomos, de outros gêneros e etnias.

Trabalho por conta própria com CNPJ cresce 36% entre mulheres pretas e pardas.

Na imagem a demonstração do percentual de mulheres negras e pardas, correspondem a 14,8 % do grupo. (Figura 6).

Figura 6: Trabalho por conta própria com CNPJ cresce 36%.



Fonte: Folha de São Paulo - FGV Ibre, a partir de microdados da Pnad contínua.

Mesmo à mercê da margem do desemprego e do baixo salário, são elas que atualmente ocupam em seu maior número em turismo, é especificamente no afroturismo. São estas, guias, empresarias, grupos de mulheres viajantes.

“Isso significa que o afroturismo, ele tenha esta pegada feminina, tanto é que ano passado, o Portal Pan Rotas, que elege todos os anos as 100 personalidades mais influentes no turismo brasileiro, escolheu três mulheres negras que trabalham com o afroturismo entre estas pessoas influentes (BARBOSA, 2022).

O afroturismo tem esta denominação, mas ele é muito feminino. Até porque é um processo que também faz parte no resgate das mulheres negras, porque quando você pensa em heróis negros, você pensa automaticamente em homens negros, e as mulheres ficam um pouco ainda subjugadas neste processo

Como em qualquer outra área, no turismo não diferiria, a mulher negra sofre com desafios a desigualdade racial e do machismo estagnado na sociedade. Dentre estes desafios, Solange Barbosa da Rota da Liberdade exemplifica que: “O maior desafio que enfrentei e ainda enfrento enquanto mulher negra, a frente de uma empresa que pratica o afroturismo, e a

desconfiança das pessoas em pensarem que a gente não tem capacidade de entrega, que a gente não consegue entregar nossos produtos. As perguntas que eu sempre recebo é: “Você é legalizada?” - “Porque a gente só pode trabalhar com que está legalizada”, “Ah, mas será que vocês conseguem?”. Então o grande desafio é as pessoas entenderem que nós somos profissionais do afroturismo, e que sim temos capacidade de entrega naquilo que prometemos”. (BARBOSA, 2022).

O estigma surge como exemplo na fala de Goffman (1998) com relação aos desacreditados:

“Os desacreditados – por exemplo, as mulheres negras -, portanto, são alvos evidentes de julgamentos preconceituosos de seus valores e capacidades, assim como a atribuição arbitrária do lugar da subalternidade, no sentido de buscar confirmar o mito criado sobre o que falsamente significaria o seu fenótipo” (apud NASCIMENTO, 2009. 243).

Ou seja, a mulher permanece no lugar de descrédito, passíveis de discriminação racial e rejeição de seu fenótipo.

Embora haja ainda uma falta de popularização em entender o negro(a) como empreendedor(a), em seu lugar de exaltação, mesmo o número de empreendedores sendo refletidos no seu ganho de espaço, este ganho ocorre como resultado de uma mudança na percepção social acerca da população nos últimos anos. Essa mudança significativa, vem se vinculando ao fato de haver com mais frequência discussões em torno do racismo, da desigualdade racial, e como tais discussões impacta na funcionalidade da sociedade.

2.4 Racismo e Sexismo com as Mulheres Negra.

A mulher negra, assim com a religião no Brasil, são grandes aspectos que constroem a cultura brasileira e valores da nossa sociedade. E para reelaboração das práticas culturais que guardam tais valores, constituídos ancestralmente ao redor da mulher africana, sofrem constantemente um processo de descrédito e aniquilação que busca inviabilizar grande parte de sua existência. A mulher escravizada buscava um jeito de se desvincular da obediência a ela estipulada, por meio de resistência e a negociação para se reconstruir.

Conforme afirma a pesquisadora Luiza (BAIROS, 1995, p. 461), “a mulher negra [...] experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre

o que é ser uma mulher numa sociedade desigual, racista e sexista”. Com a subalternização, segue o contexto da mulher e suas dificuldades quando inseridas no turismo, mulher viajante solo, pautada por questões semelhantes à insegurança que as mulheres vivenciam em qualquer situação corriqueira, desde perigos como a agressão verbal, a objetificação do corpo feminino, os assédios dos mais variados tipos, a exploração sexual, a violência física e até o feminicídio. E no contexto por ser negra, a discriminação, subordinação, os estereótipos, e desvalorização do trabalho e das posições ocupadas pelas mulheres no mercado de trabalho voltado para o turismo e suas áreas.

No Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada pelo “Dossiê Crimes Reais”, lançado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP -RJ), em 2020, as mulheres negras são as maiores vítimas de injúria racial. Segundo a pesquisa, mais da metade das vítimas de crimes raciais em 2019 foram mulheres (58,2%). Isto reflete na sua solidão, ao não pertencimento, seu impacto e emocional, mudança de comportamento e ao mesmo, o abandono e distanciamento em ambiente social.

O crime de racismo ou a injúria racial, contra a mulher negra, ocorrem em sua maioria com relação à violência de gênero e da pobreza, enquanto homens negros são, em sua maioria, atingidos por homicídios, a dor da injustiça e não pertencimento atinge toda a população negra, afetando-os de forma específica as mulheres, porque são as que são acometidas pela violência vivenciada pelos seus pais, filhos e/ou companheiros.

Apenas por serem mulheres negras, deixa expostas em relações de violência contra as mulheres, em desvantagem no acesso à justiça, a educação, e pouca participação ao acesso e representação política. Isso reflete também no turismo, de modo direto, por não ter quase a representação na política, impossibilita as mulheres em cargos de alta representação, de desenvolverem políticas públicas que favoreçam o turismo, especificamente impulse a mulher negra no turismo.

Arcaico, o racismo acompanha também quando se trata de corpos negros, do sexismo. Como o homem negro e a mulher negra são hiper sexualizados e agressivamente vistos como sexualmente potentes, e um “perigo biológico”. Ambos carregam suas bagagens cheias de estereótipos. O homem como selvagem e a mulher presumivelmente relacionada, como defendia Aristóteles e Darwin, como a inferioridade feminina, especialmente com corpos radicalizados, sexualizados e objetificados nos séculos XVIII e XIX, passando a sofrer objeto de estudo perpetuamente.

Ao se observar a sexualização de nossos corpos, o que se chama atenção, e atrai turistas ao Rio de Janeiro, é a sexualização do corpo feminino, especificamente no Carnaval, o cordão umbilical que nos liga a terras africanas. Embora seja uma grande festividade, se torna para muitos estrangeiros e brasileiros, berço da sexualização e racismo contra a mulher negra, no qual estas são vistas como objeto de fetiche, o por suas tradicionais fantasias. Há uma prática violenta na comunicação do turismo quando apresenta a mulher negra como “mulata de carnaval”, negligenciando seus corpos, sua história e sua cultura. A mulher negra deixa de ser agora para a sociedade “a doméstica” e passa a ser a “rainha”.

Em muitos desfiles e enredos do carnaval, e exposto o cotidiano racista, e o ativismo negro que se formam a partir dela, como outra arte que possui voz de luta, e que também tem presença no carnaval, a música. Um dos mais emblemáticos artistas da atualidade, que ecoam como referência para uma educação antirracista, o cantor Emicida, se propõe a destacar, na canção “Eminência Parda” (EMICIDA, 2019), em que expõe, e demonstra como exemplo, a inferioridade provocada pelo racismo, é o modo deturbado que é a identidade negra do país. Um país que questiona a legitimidade, o espaço e a cultura do negro, e menospreza violentamente o lugar de protagonismo. Quando este protagonismo acontece, quando não convém em existir, como é o caso demonstrado no clipe, em que uma família negra, sai para comemorar a conquista acadêmica de sua filha Vitória, em um restaurante “rico”, depara-se com estranhamento pela sociedade, como expressões de espanto e inconformidade.

Negros e negras no turismo, são inviabilizados e constantemente recolocados conforme a estrutura, o provoque de um estigma em inúmeras situações. Por exemplo, ao viajar, dado um exato local, como loja de aeroporto, entre uma mulher negra e uma mulher branca, ambas sem mala, qual tem a maior chance de ser confundida entre quem é a viajante e quem se trata da atendente? Trata-se do quanto o racismo, na nossa estrutura social, conseguiu criar um imaginário do que é ser turista, e como esta categoria é vista socialmente. Há de desmitificar a imagem do turista branco como o único tipo de consumidor do turismo, mesmo que na atualidade haja um nível de avanço nesta relação.

É necessário um turismo antirracista, que reconheça e valorize as pessoas negras, em especial as mulheres negras, por serem o grupo mais invisibilizado pelo racismo, exaltando como destaque seu papel como empreendedoras, gestoras da atividade turística, e como turistas.

Vale ressaltar, que com frequência, a luta do racismo e do sexismo convergem, assim como as lutas pautadas no feminismo, e no capitalismo, e a condição das mulheres de minoria

étnica, somente terão mudanças significativas quando tivermos uma luta pautada na mudança social, da sociedade brasileira na totalidade.

2.5 Movimento Negro e o Papel das Feministas Negras.

Falar da mulher negra é falar da liberdade, é sobre mulheres negras que ascendem socialmente e, muitas vezes, tem que renunciar à negritude para se sentir pertencente. Estas mulheres, apesar dos desafios, ao longo da história lutaram para garantir seus direitos de modo potencializado e central em espaços de educação e política. E como Angela Davis afirma: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. (apud ALVES, 2017).

As mulheres na sociedade escravista devem ser consideradas na hora de escrever sobre a história de escravidão do próprio país, e a relação acerca do sistema escravista, especialmente quando diz respeito à resistência, ou modo de conquista diante da liberdade da mulher negra. A autora Angela Davis, traz em respaldo em seu livro “Mulheres, Raça e Classe” a luta do feminismo negro, partindo do pressuposto da vivência das mulheres no trabalho escravo, compreendendo o modo de funcionamento da sociedade, detectando o racismo explícito e as atrocidades marcadas durante a escravidão. Como objeto direto de desumanização, a autora traz consigo a luta contínua da categoria feminina, os Estados Unidos, em um cenário durante e após abolição. Trazendo experiências das mulheres negras sob circunstâncias de trabalho escravo, e sua condição semelhante de “liberta” no pós-abolição.

A insubmissão diante do modo de vida em que permaneciam negras e negros no pós-abolição, conforme o capitalismo crescia, criou-se uma política de imigração para mão-de-obra assalariada, não incluindo a população negra, diante disto, reproduziu a institucionalização da desigualdade racial na estrutura política de vários países, incluindo o Brasil. Esta reprodução, aponta como marco o movimento antiescravagista, o qual originou o feminismo negro, apesar da inclusão de mulheres brancas nestes movimentos, os Estados Unidos (ALVES, 2017). Dentro desse contexto, as mulheres negras não eram incluídas nessas organizações e nem mesmo suas denúncias contra o racismo e a discriminação de gênero eram consideradas.

No Brasil, o feminismo negro teve seu início, na década de 70, com o Movimento das Mulheres Negras (MMN), diante do Movimento Feminista, que não tinha uma abordagem racial, e não abarcava a dupla discriminação que as mulheres negras passam, tanto na questão

de raça e gênero (SILVA, 2019). O MNM serviu como precursor para que outros movimentos entendessem sobre a importância dos recortes raciais e de gênero na aliança de direitos humanos.

Na história brasileira, as reivindicações pelos direitos das mulheres, tiveram suas primeiras aparições em manifestações, na década 1940, e foram tanto por conta da inserção da mulher no trabalho, quanto por competições sociais por espaços de poder. A imprensa negra tinha em suas publicações, até então, somente voltadas ao universo do homem negro, excluindo de qualquer intervenção e inclusão de gênero. Foi por meio do jornal “Quilombo, vida, problemas e aspirações do negro”⁷ que a questão das mulheres negras foi abordada na época, em um retrato que foi o início das mobilizações de gênero e raça no Brasil (SILVA, 2019).

Foi a partir do reconhecimento de questões que reivindicam pautas específicas, deram start a liderança e organizações negras femininas que buscam, através de reuniões, lutas e trabalhos sociais, a notoriedade em alcançar lugares majoritariamente masculinos, luta contra a violência feminina, lutar por um lugar onde possam conciliar maternidade e vida profissional, luta pela criação de ambientes que proporcione segurança emocional, a emancipação financeira, e o sufrágio. Este foi o motivo para primeira onda do movimento feminista. O Movimento das Mulheres Negras (MMN) tinham e tem por sua luta, destacar as diversas formas de discriminação e preconceito com as mulheres negras.

É de salientar que, durante toda sociedade escravista, mesmo sendo palco de lutas e resistências que atravessou todo o período escravista, marcadas na extensa história das lutas africanas no Brasil, como a Revolta dos Males, o abolicionismo negro, a Revolta da Chibata, e assim por diante, foram estratégias de resistências frequentemente camufladas diante do lugar de submissão e obediência, daqueles que queriam garantir a sobrevivência, como no caso de mulheres e homens negros (REIS, 2018, p. 392).

Até hoje são referenciadas figuras reais de mulheres como resistência feminina negra, que sofreram com racismo sistêmico e machismo durante décadas, mas se tornaram legados históricos, como Tereza de Benguela, líder do quilombo Quariterê que, no século XVIII, reuniu

⁷ Jornal Quilombo N° 01. Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 9 de dez. de 1948, 8 p.

comunidades negras e indígenas na resistência contra a escravidão, e cujo a partir da Lei n.º 12.987⁸, teve decretado o Dia Nacional de Tereza de Benguela (CENOURINHA, 2020). E a figura de Luísa Mahin, da época da Revolta dos Males, como protagonista do ativismo negro daquele período, é conhecida por estar envolvida em toda articulação de revolta e levantes de escravos que sacudiram a então Província da Bahia, nas primeiras décadas do século XIX (“Personalidades Negras - Luísa Mahin”, [s.d.]).

Estas mulheres, e outras, deram espaços para ativistas como Djamila Ribeiro, filósofa e pesquisadora, que fala sempre da importância de ter um movimento que trate de forma específica dos preconceitos e discriminações que as mulheres negras passam no cotidiano.

2.6 O Ponto de Vista de Pesquisadoras Sobre o Afroturismo.

Considerando o grande número de mulheres negras como guias, pesquisadoras, empreendedoras, turistas, em um tipo de turismo, que seja inovador para com o estudo e na sociedade, provocadora nas questões de gênero, raça e classe, como é turismo afro - referenciado, traz inúmeras conceituações. Importante é salientar que, por ser a mulher negra um grande pilar na construção da cultura negra em nosso país, ter o ponto de vista sobre o que seria o afroturismo, ou turismo afro- referenciado sobre a perspectiva de quem caracterizou boa parte do que é o Brasil, é de suma importância. Esta pesquisa acadêmica, traz três mulheres negras, que trabalham ou vivenciaram o turismo afro- referenciado, para conceitualizar, o que é de fato Afroturismo para elas, os pontos positivos e negativos quanto a atualidade deste tipo de turismo, a importância para a população negra, em como os serviços de roteiros afro- referenciados podem ajudar na autoestima cultural, desta população, e o impacto do racismo estrutural neste turismo.

O afroturismo para Solange, consiste em roteiros afro-referenciados organizados e comandados por pessoas negras, empresários e empresárias negras, por guias de turismo e por um trade negro. Com enfoque na valorização das pessoas negras nos processos de geração de

⁸ LEI N° 12.987, de 2 de junho de 2014. Dispõe sobre a criação do dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm

renda e trabalho através do turismo. É a busca de utilizar o afroturismo até então para valorização das comunidades tradicionais, e, para uma educação antirracista através do turismo. Sobre a importância deste turismo, para população negra brasileira, e para o desenvolvimento da região onde se faz presente os roteiros afro-referenciados: “Trata-se da geração de renda e de trabalho e a valorização das comunidades negras e das pessoas negras no turismo brasileiro, e a valorização das narrativas da população negra inserida nos espaços que os roteiros são desenvolvidos. E outro olhar, sobre a mesma história, sobre a história de um local, mas dizendo “OLHA AQUI TAMBÉM TEVE PRESENÇA NEGRA”, os negros também construíram essa história que vocês estão contando” (BARBOSA, 2022).

A segunda entrevista ocorrida, também com uma mulher negra, mas que não trabalha diretamente com o afroturismo, mas é também turismóloga, e vivenciou alguns roteiros com o olhar de turista, Teresa salienta sobre o afroturismo que, em sua visão, são experiências que tenham referenciais históricos do povo negro, são viagens e manifestações culturais ligadas aos destinos que de alguma forma contém uma história, ou histórias não contadas. Ela diz a respeito, como ponto positivo, que: “Pode ajudar aqueles que trabalham com o afroturismo, o que eles estão vendendo e representando, e de outra forma, isso é importante, pois estão revelando histórias muitas vezes não contadas, ou contadas de forma diferente nas escolas, pela mídia, e estão revelando a outra história do negro no Brasil e no mundo.” (MENDONÇA, 2022). Ela pensa no campo do ganho da sociedade local, sobre este tipo de turismo, e da população da diáspora africana, antes de tudo como protagonistas e arquitetos principais de sua história.

A última pesquisa, foi escolhida como uma forma de trazer um olhar de uma geração mais atual para o afroturismo. A historiadora e guia Luana Ferreira, com um olhar mais despojado e crítico acerca do que são os roteiros afro-referenciados, como começou a atuar com afroturismo, sendo mais jovem e não menos experiente, trabalhando em específico com Roteiro da Pequena África, contando relatos de terceiros sobre o serviço de tour ofertado. Em sua caracterização do que seria o afroturismo, ela expõe que: “Pauta as questões raciais pertinentes, em todo território nacional, e pertinentes tanto aos aspectos positivos e negativos da nossa história. A gente fala claro, das contribuições do povo negro para a construção da nação, e claro que esbarramos nas consequências negativas. A diáspora, enfim, foi uma vinda forçada, a gente esbarra com esta narrativa negativa e trabalha com elas, mas em uma perspectiva de releitura e reescrita da história.” (FERREIRA, 2022).

Como toda segmentação em turismo, há os pontos negativos presentes, pontuados pelas entrevistadas, Solange, Teresa e Luana. Os pontos são, o preconceito, o difícil entendimento do que é, e a aceitação da sociedade, a falta de rede entre os atores, para e com este turismo. O preconceito com o que é novo, traz a difícil inserção por completo no mercado e para sociedade, há de ter um trabalho em rede maior, para princípio de conquistar um grupo de demandas, atuação no marketing, comunicação e comercialização do afroturismo.

Além da falta de diversidade entre os funcionários e gestores de setor de turismo, há pouca ou nenhuma, propaganda inclusiva sobre o turismo étnico-afro. E nenhuma pesquisa nacional, por parte das empresas de turismo, nem por parte do Ministério do Turismo, que mapeie o percentual de roteiros afro-referenciados, os estados que mais possuem a possibilidade de se fazer o afroturismo, o número de empreendedores e empreendedoras, e nem o percentual de turistas negros no Brasil. Sem os dados, e sem pesquisa realizada, não se faz possível saber como se comporta a maior parcela da população brasileira de negros(as), quando viaja.

Como diz Ferreira: “Há de conscientizar o que é o afroturismo, porque primeiro quando você fala de turismo afro-referenciado você está falando de pensamento descolonial, luta antirracista, construção de pensamento crítico”. (FERREIRA, 2022).

O racismo no afroturismo, quando questionados para Luana e Solange, não são frequentes quanto a quem procura pelos seus roteiros. As pessoas que vão à procura deste turismo, recebem com o serviço/produto da Solange, uma qualificação para que as pessoas entendam que não é a venda de uma experiência em um zoológico, ou algo exótico, porque existe muito deste pensamento.

Luana, nunca vivenciou o racismo em seus trajetos pela Pequena África, pois analisa que, quem procura muita das vezes os roteiros já têm um mínimo de entendimento, de letramento, de luta antirracista, e vai ao encontro com um aprofundamento e, porque quer aprender, segundo Ferreira:

- “Então por mais que ele às vezes não concorde, ele não é violento, não é o comportamento do “GADO”, ele está ali para absorver, ele faz às vezes uma pergunta ou outra que expõe sua ignorância. Às vezes ele nem espera que seja tão profundo a reflexão, ele vai mesmo conhecer a região”, e acaba por sair com outros olhares (FERREIRA, 2022).

2.7 O Entendimento das Pesquisadoras a Respeito da Pequena África - RJ.

Todos deveriam ao menos uma vez conhecer a Pequena África, e todos deveriam ao menos uma vez fazer um roteiro pela Pequena África!

Uma frase como a que se encontra acima foi unanimidade, afirmada pelas três entrevistadas durante o trajeto das nossas entrevistas. Todas tiveram o prazer de vivenciar experiências na Pequena África-RJ.

Para Luana (FERREIRA, 2022), há uma necessidade de “positivar esta história, falar além do nascimento do samba, as maltas de capoeira, valorizar a cultura. Dialogar, por exemplo, que o primeiro sindicato do país nasceu na Zona Portuária do Rio de Janeiro, isso ninguém sabe”. Muito do que é nos apresentados, durante o processo educacional em escolas, é que o conceito de trabalhismo no Brasil, está diretamente ligado ao governo de Getúlio Vargas, ao Estado Novo, a lei trabalhista. Porém, observa-se que sistematicamente não nos é divulgado e que o sindicato “Resistência” em 1903 nasceu na Zona Portuária, de trabalhadores negros libertos do Rio de Janeiro. Trabalhadores que após muita insatisfação, iniciam o processo de construção do seu próprio sindicato, a União dos Operários Estivadores, ou seja, o primeiro sindicato do país foi “feito pela estiva, a estiva do Rio de Janeiro e preta.” (FERREIRA, 2022).

É importante destacar o papel principal de mulheres nesta região, isto é, descendentes de escravizados, das africanas, brasileira, libertas, livres, baianas, que formavam os principais núcleos influentes para organização da continuidade nas características culturais e sociais do povo negro em sociedade. Tia Ciata (representada em retrato na figura 7), a mãe que embalou a Pequena África, Tia Bebianá, e outras, tinham em suas casas locais de referência para reunir música, dança, culinária e religião de matrizes africanas, para o fortalecimento de cultura e identidade, para aqueles grupos que chegavam de outras localidades, integrando a cidade (BITTER, VASSALLO, 2021).

No período pós-abolição, as mulheres não se restringiam exclusivamente somente ao espaço doméstico. As baianas que chegam ao Rio de Janeiro agora, e se estabeleciam na região do porto, estavam ligadas a cenários de comércios de comida providas da culinária africana - das quais eram vendidas nos chamados “tabuleiros” por todas as ruas do Rio de Janeiro, além de comércios destinados a aluguel e costura de roupas carnavalescas. Uma moradora, Dona Carmem Teixeira da Conceição, moradora da zona portuária que chegou ao Rio antes da virada do século, é citada por Roberto Moura, grande estudioso de samba e comunicação, autor do livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, a respeito do tema:

“Não era fácil não, eles não gostavam de dar emprego para o pessoal assim que era preto, da África, que pertencia à Bahia, eles tinham aquele preconceito. Mas a mulher baiana arranjava trabalho (...) ela tem assim aquelas quedas, chegavam assim, iaiá, que há? E sempre se empregavam nas casas de família (...) tinha fábrica (...), mas eram os brancos que trabalhavam, muitas mulheres trabalhavam em casa lavando para fora, criando as crianças delas e dos outros...” (MOURA, 1990)

Figura 7: Hilária Batista de Almeida Tia Ciata (1854– 1924).



Fonte: Wikipédia Commons.

Sobre a denominação do nome “PEQUENA ÁFRICA”, para Teresa, em questão de nomenclatura, em nada tem a ver com a questão do “pequinês”, não tem a ver com a questão de importância quanto à quantidade, pois foi o maior porto de escravos do mundo, e ali se concentrou grande parte dos negros escravizados. A terminologia do nome tem uma representatividade porque ali, no ponto de vista territorial, seria a África nos territórios, com a importância cultural, social da representatividade, e sim devido ao espaço físico. (MENDONÇA, 2022).

Para Solange Barbosa, esta denominação é importante porque, “é um nome histórico, não foi um nome inventado. Uma população que se forma, uma população negra que se forma dentro daquele território, tendo o porto como espaço, tendo o Cais do Valongo, tendo a Pedra do Sal, como espaço, como território. Então a Pequena África ela se consolidou também a partir do momento em que estes guias e estes profissionais do turismo se apropriaram daquele espaço”(BARBOSA, 2022).

Há aspectos há se melhorar, quanto a Zona Portuária carioca, pela avaliação das entrevistadas. Mas há aspectos também a melhorar quanto o assunto são os roteiros e experiências na Pequena África, “Tudo tende a melhorar, lá é uma porcária, em infraestrutura. Uma porcária, porque não tem sinalização, está tudo jogado, não tem respeito pela história, é o novo apagamento” (FERREIRA, 2022).

“Não tem como você fazer um trabalho sobre a Pequena África e turismo afro-referenciado sem entender o estado da arte hoje.” (FERREIRA, 2022).

Em 2009, foi recém anunciado um projeto de revitalização, intitulado Projeto Porto Maravilha, na zona portuária, com promessas de ser uma das mais radicais reformas urbanísticas do estado do Rio de Janeiro. Reformas estas que tinham objetivo, trazer consequências no patrimônio cultural, nos transportes, na política habitacional, ecoando sobre a realidade carioca. Atingiria diretamente o quadrilátero compreendido entre as avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, onde estão situados os bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde. Dentro de dois anos, ou seja, 2011 seria o prazo de conclusão da primeira fase da obra, onde seria possível sentir os efeitos do Porto Maravilha, projeto de prefeitura, que na época tinha Crivela como prefeito, mas teve sua sanção pelo mandado anterior de Eduardo Paes em 2009, para a revitalização do Porto.

Segundo a fala de Paes no documentário Domínio Público (2014), ele foi o responsável por fazer a maior PPP do país, na qual os cariocas falam com orgulho, pois foi feito sem gastar um tostão do que seria a verba pública. Porém, o dinheiro veio do fundo imobiliário da Caixa, pago à vista com dinheiro do FGTS, que se comprometeu a repassar outros R\$ 6,5 bilhões (NOGUEIRA, 2020). Paes também cita o país como “sério, transparente, bom para fazer negócio, uma oportunidade de vender o país” (DOMÍNIO PÚBLICO, 2014), por esta ideia muitos dos espaços públicos são vendidos a preços abaixo do seu custo, não compatíveis com real preço de valor, dando a área pública com potencial construtivo para outras destinações. Outra fala problemática a respeito da PPP da zona portuária, e dita por ele que, “E o que se tem de aproveitar nesta cidade – Não é a porcária de um estádio”, mas a venda desse espaço, não tem o intuito principal de pensar a cidade como espaço social, complexo, cultural, mas somente como puro e simples negócio (DOMÍNIO PÚBLICO, 2014).

Segundo Luana, o que vinha sendo trabalhado em projetos, roteiros e cursos para o espaço da Zona Portuária, no afroturismo, um trabalho de quase 10 anos, foi destruído por 4 anos de governo. Pois, o estado não conseguiu administrar e tirar do papel o propósito que se tinha para a região, e nem a visão de prosperar e dar visibilidade, manutenção que tinha para com o sítio arqueológico do Cais do Valongo, redescoberto em 2011, durante as obras de revitalização. A revitalização a longo prazo não se sustentou, e “hoje você não tem uma placa, não se tem referência de nada. O Cais do Valongo está lá, aí joga para o IPHAN, que joga para outro órgão” (FERREIRA, 2022).

As constantes promessas a serem feitas para a revitalização urbana local, que permanecem somente como meras idealizações, e não são retiradas do papel por depender de autorização de um órgão e concessão de outros, além das verbas públicas embargadas. Segundo, Isabel de Paula, uma das representantes da Unesco no Brasil, para a audiência pública transmitida pela plataforma Zoom, que será mais abordada no seguinte capítulo, são necessários de modo primordial que espaços como o Cais do Valongo, tenha elementos de seu patrimônio comum da humanidade, preservados, como um chamado para que a história jamais seja esquecida, que a sociedade e o poder público seja uma só voz contra a discriminação, contra o racismo, contra desigualdades. Mas para isso acontecer, há necessidades de: “O próprio estado melhorar, apropriar e valorizar, porque assim lá hoje como o Rio de Janeiro todo, a questão da infraestrutura, da estrutura urbana, do espaço deteriorado” (MENDONÇA, 2022).

Capítulo 3 - Pequena África – Berço do Rio de Janeiro – RJ.

Este terceiro capítulo, dará um maior desenvolvimento ao subtema “O entendimento das pesquisadoras a respeito da Pequena África” que foi iniciado com as entrevistadas no capítulo 2.

O primeiro tópico, apresenta uma breve história a respeito de uma das regiões mais importantes para história dos negros no Rio de Janeiro, se não, no Brasil. Lugar de luta e resistência, a área denominada Pequena África, marcou a história da cidade.

Como cita o professor Romulo Mattos, professor e historiador, atuante no tema música popular brasileira e História do Rio de Janeiro, “A Pequena África influenciou não só a cultura da cidade, mas do país.... A Era Vargas, quando ocorreu a tentativa de criar uma identidade nacional, foi utilizada a concepção carioca de cultura, que estava diretamente ligada ao negro daquela região” (ALMEIDA, 2017).

O segundo subtema se insere em apresentar lugares em que se constitui muitos roteiros dentro da Pequena África, no movimento de valorização da presença afro na cultura carioca, propõe-se uma lista de marcos dessa africanidade que se confundem com a construção física e social da própria cidade e sua história. Nos seis locais selecionados estão representados aspectos históricos, manifestações culturais e práticas políticas e religiosas, hoje lugares de encontros de turistas e moradores que buscam diversão no Rio de Janeiro. São locais a serem visitados, mas, acima de tudo, constituem-se em pontos de referência para pensar a cidade e seu povo, tão marcados pela tradição afro. O terceiro, é último, traz o papel das iniciativas de revitalização do local, ocorridas anteriormente, e última sendo a do “Porto Maravilha, o que era para ter sido revitalização para melhoramento da infraestrutura, comercialização do porto, atrativo para visitantes, e benéfico também para população local, envolveu dinheiros de setores privados internacionais e brasileiros, e setores públicos, tornou-se uma iniciativa cheia de desastres, dívidas, precarização, discussões. Este tópico é importante para entender que são poucas destas iniciativas, que trazem, verdadeiramente, ações para resgatar a memória do povo que fundou a região.

3.1 Contexto Sobre a Pequena África.

A chamada Pequena África – a expressão foi delegada pelo escritor Roberto Moura, baseada na declaração do compositor Heitor dos Prazeres, de que a Praça Onze era uma África em miniatura, vem sendo notória por moldar nas últimas décadas interpretações sobre a presença de afrodescendentes e outros grupos na região central do Rio de Janeiro. Várias categorias sociais afirmam ter uma ligação histórica e existencial com o território, ou como formas de "resistência cultural" ou expressões de pertencimento étnico e social.

As atividades portuárias regulares eram vistas de modo significativo naquela região, porém ainda havia baixas possibilidades de ancorar naquele porto grandes embarcações, ou seja, o porto era restrito a embarcações menores. Foi a partir da chegada da família real portuguesa, que houve a necessidade de criação de um cais em maiores proporções, pois: “O porto e a cidade do Rio de Janeiro tornam - se ainda mais relevantes quando a Coroa Portuguesa, fugindo da expansão napoleônica na Europa, se transfere em 1808 para o Brasil e traz consigo um corpo significativo de burocratas, artistas e intelectuais” (GONÇAVES e COSTA, 2020).

Com o Brasil colônia, houve a contribuição de significativas mudanças no Brasil, e propriamente no Rio de Janeiro, com suas atividades portuárias vai se firmando como núcleo primordial das malhas comerciais globais, em que os bens serviam até mesmo de cobiça entre os mercados regionais. Os mais variados itens eram vendidos, ou utilizado como objeto de troca entre comerciantes e compradores, entre estes itens estavam: os vinhos, produtos comestíveis, aguardentes de cana, gemas, metais preciosos, especiarias valiosas e trabalhadores escravizados.

Figura 8: Gravura negros de carro (1768 – 1848).



Fonte: Fonseca, T. V. M. da. A Região Portuária do Rio de Janeiro no século XIX

O porto estava igualmente relacionado à escravidão, é importante para o comércio de bens e escravos, e a intensidade em que os navios viriam a atracar no porto, com africanos trazidos cativos para o Brasil, tornaram o então Rio de Janeiro, o principal porto de entrada do país. Havia durante as três primeiras décadas do século XIX, a cada semana, ou a cada mês, dependendo da demanda, chegada de embarcações lotadas de escravizados, que impregnavam a vida da cidade com sua humanidade.

A respeito das funções-fim, dos cativos para dinâmica capitalista do porto, em suas atividades e comércio, a zona portuária era o local de entrada e, em torno dela estavam os armazéns, onde se vendiam produtos e cativos ligados a economia escravista. Além de servirem aos seus senhores, no porto em específico, eram designados, serviços de desembarque e embarque de mercadorias e trabalhos pesados, transportar os produtos até comércios e casas de comerciantes, além de, desempenharem trabalhos de barbeiros, curandeiros, artesãos, vendedores e doceiras. Estas atividades, faziam com que os negros transportassem tudo que a cidade precisava, circulando não somente pela região da zona portuária, constituíam para a busca de sua liberdade ou sobrevivência, a força de trabalho da cidade do Rio de Janeiro.

“Em sua atividade-fim, ou seja, permitir a entrada e saída de mercadorias, o porto mantém sua relevância até a Segunda Guerra Mundial, quando cede sua participação para outros portos brasileiros. Desde então, a região portuária se torna, em todos os três âmbitos destacados anteriormente, quais sejam como elo entre a economia brasileira com a economia mundial, como espaço de produção de valor pela prestação de serviços portuários e como espaço físico da região portuária” (GONÇAVES e COSTA, 2020, p. 36).

Segundo Milton, na primeira metade do século XIX, os viajantes que estiveram no Brasil, descreveram a cidade como uma cidade cheia de africanos de diferentes origens, pois a partir da percepção que os estrangeiros tinham, era uma localidade com grandes presenças nas expressões de africanidade, sobretudo em ruas próximas ao centro e ao porto, com modos de dançar, vestir, se comportar e se relacionar (GURAN, 2018, pg. 56).

Muitos escravizados, que ali trabalhavam, encontravam na troca de serviços, lugares de abrigo, outros, encontravam em habitações coletivas, seu lar, compartilhando muitas vezes a comida, o cuidado da vida, a empatia, as suas histórias vividas e abandonadas. Tornavam-se muitas vezes família - fosse sangue ou agregada. Nessas habitações, ao anoitecer, depois de longos dias de trabalho, durante conversas, se compartilhava o dia, as histórias e, eventualmente, a prece, o batuque, a cantoria, a dança, a memória trazida, com forte vínculo com a África.

A moderna cultura carioca, tem muito da influência do cotidiano do negro, a história do samba, por exemplo, é um marco desta experiência sociocultural subalternizada, de negros e brancos, mas especialmente de negros na região portuárias e das suas festas, das suas tradições religiosas e culturais. A importância histórica para a região, é que dali saiu o que atualmente chama-se de moderna cultura carioca. O samba, por exemplo, alcançou influência nas casas das tias baiana e nas festas que ali aconteciam (ALMEIDA, 2017).

Apesar da grande presença de africanos em terras cariocas, a cidade passou por um processo de desvalorização das raízes africanas e somente a partir da década de 1970 consolidou-se um campo específico de luta política pelos direitos civis da população afro-brasileira.

Esta luta pelos direitos civis da população afro-brasileira, representa a raiz da nossa brasilidade, é a grandeza que a luta traz para processos de valorização e redescoberta das raízes africanas, e de títulos que compõem lugares ao redor do país, como título de maior porto escravista da história. Segundo Milton Guran: “Símbolo maior disso é a redescoberta e a

exposição pública dos vestígios do Cais do Valongo, que ficou desaparecido por quase duzentos anos. Além do seu valor simbólico excepcional, por ter sido local de chegada de um total estimado em cerca de 1 milhão de africanos e por se constituir atualmente no único vestígio material do desembarque do tráfico nas Américas, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo nos forneceu a maior coleção de objetos arqueológicos ligados à diáspora africana no mundo, composta por mais de 500 mil peças” (GURAN, 2018, pg.14).

3.2 Lugares de Roteiro da Pequena África.

Segundo Luana Ferreira, há muitas maneiras de percorrer as atrações que compreende a Pequena África, de trás para a frente, ou até mesmo de frente para trás, de cima pra baixo, e de baixo para cima, independente, cada um pode ser realizado de uma maneira, que trazem à tona a importância histórica e cultural desta área do Rio de Janeiro.

Entre os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, desde a Praça Mauá até a Cidade Nova, se inserem os tradicionais locais, como exemplo os demonstrado na figura abaixo, este e um circuito que leva o nome de Luana Ferreira, como “Visitas Culturais Guiadas pelo Território”, no guia nomeado de “Pequena África - Circuito Cultural e Gastronômico, de Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro” (RIOTUR, 2022).

Figura 9: Mapa de região da Zona Portuária.



Fonte: Mapa da Região Portuária, Circuito Cultural e Gastronômico, de Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro.

Quando pesquisado sobre o que achar na Pequena África, e os atrativos que se encontram pela região, são citados em divulgação de eventos, citados em livros, pesquisas e reportagens. É foi em uma reportagem que “a região foi recentemente apontada pela revista TimeOut de Londres, como uma das mais “descoladas” do mundo, com bares charmosos e lugares fascinantes” (RIOTUR.RIO, 2022), como a Pedra do Sal, o Largo de São Francisco da Prainha, o IPN (Cemitério Pretos Novos), o Muhcab, e Casa da Tia Cita e o Cais do Valongo, são também as principais atrações utilizadas no Circuito Cultural e Gastronômico, de Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro. Cada um desses atrativos conta e contém sua história, são elas respectivamente:

PEDRA DO SAL: Segundo o site do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, tombada em 1987 pelo próprio Inepac (O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), a Pedra do Sal é um marco cultural da africanidade brasileira, como um lugar de rito e o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca (INEPAC, 2022). O monumento religioso e histórico da cultura afro-brasileira, Pedra do Sal, chegou a receber nomes, como Quebra- Bunda e Pedra da Prainha, mas ficou conhecida como Pedra do Sal em função do carregamento deste produto no porto. Aqueles que não tinham trabalho e buscavam na estiva, faziam suas rodas de samba, grandes carnavais, e suas casas de santos. E tornavam – se lar de imigrantes baianos no período pós-abolição, moradias de quituteiras, as tias baianas, capoeiras, trabalhadores, estivadores que executavam atividades necessárias para o funcionamento da cidade na época (RIOTUR, 2022).

Há alguns residentes em torno da região da Pedra do Sal, descendentes da última geração de escravizados do Vale do Paraíba e da Bahia, que são reconhecidos na atualidade como remanescentes de Quilombo, e reivindicam a valorização e proteção, em meio a disputas territoriais, de todo um passado de luta e de resistência que marcou a região. Atualmente o monumento é palco de diversos eventos em torno do samba lavagem da pedra, por grupos de candomblé, filhos de Gandhi, e bloco carnavalesco como o “Escravos de Mauá”.

Figura 10: Pedra do Sal no Rio de Janeiro.



Fonte: Hotéis.com/ Fotografia: GIAN CORNACHINI.

LARGO DE SÃO FRANCISCO DA PRAINHA: A praça pública, Largo de São Francisco da Prainha, era uma pequena praia, que desapareceu conforme construção de aterros, onde hoje está situado a estátua de Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra a integrar o corpo de baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, fundadora do Ballet Folclórico, que tinha por objetivo, difundir ao nível mundial, performances de terreiros e paradigma da luta antirracista no campo da cultura. Segundo o Inventário dos Monumento do Rio de Janeiro, a escultura da primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro é ícone e codificadora da dança afro no Brasil, foi inaugurada em outubro de 2016 (RIOTUR, 2022).

Figura 11: Escultura da bailarina Mercedes Baptista no Largo de São Francisco da Prainha.



Fonte: Acervo Instituto Pretos Novos - Foto: Alex Ferro.

IPN – CÉMITERIO PRETOS NOVOS: Com uma grande carga emocional e histórica, é um dos principais locais mais reconhecidos no circuito da Pequena África, é fica o sítio arqueológico e museu memorial. Foi encontrado em 1996, de modo acidental, na Gamboa, um cemitério destinado ao enterramento de africanos escravizados entre 1770 e 1830. O local era onde servia de enterro para aqueles que já chegavam mortos da travessia do atlântico, ou os que morriam em decorrência da fome, doença e violência. Era um local pequeno para tantos corpos, alguns eram incinerados, ou amontoados sobre os outros, à flor da terra, como um grande depósito de lixo, ilustrando a tamanha perversidade da sociedade escravista. Estima-se que foram enterrados, em torno de 5.868 pretos novos, no período de 1824 a 1830, de acordo com os registros da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Atualmente, o cemitério permanece exposto graças a iniciativas de lideranças negras, de agentes culturais, pesquisadores, sendo administrado pelo Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. Estima-se que 60 mil corpos de africanos retirados de sua terra natal, tenham sido despejados no pequeno terreno, onde hoje se instala uma exposição permanente como visto na figura 12 (GURAN, 2018, pg.34).

Figura 12: Exposição permanente no Instituto Pretos Novos.



Fonte: Fotografia de Alex Ferro, 2012.

Em 2016 foi criado um projeto pelo IPN – Instituto Pretos Novos, batizado de Circuito de Herança Africana, como o propósito para fortalecer a educação patrimonial entre estudantes da rede pública de ensino do Rio de Janeiro. Com seis pontos de roteiro oficial, “fortalecem a narrativa histórico-cultural desta atividade, tornando uma atividade dinâmica, cultural e inesquecível aos participantes” (CIRCUITO HERANÇA AFRICANA– IPN).

Figura 13: Circuito Histórico de Herança Africana.



Fonte: Site Pretos Novos/educativo.

MUHCAB - MUSEU DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: Criado neste contexto em 2017, o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira, onde está destinado um acervo de cerca de 2,5 mil itens, entres esculturas, fotografias, pinturas, fontes documentais, que se comunicam com o território da Pequena África. Como defende a respeito do museu da história e da cultura afro-brasileira, o site da Prefeitura do Rio a respeito do Muhcab: “Museus encontram-se em posição privilegiada para articular questões essenciais sobre a sociedade e encorajar reflexões críticas sobre os legados que lhe dão forma ou dilaceram.” (PREFEITURA DO RJ - MUHCAB).

Figura 14: Muhcab - Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira.



Fonte: Site Brasil de Fato

CASA DA TIA CIATA – Como uma das figuras mais influentes da cultura negra carioca do início do século XX, Hilária Batista de Almeida, ou Tia Ciata. Deu o nome do projeto cultural na região da zona portuária, a Casa da Tia Ciata, por uma liderança negra, Gracy Mary Moreira, atendendo ao pedido de seu falecido pai, o sambista, compositor e músico Bucy Moreira, neto de Ciata, para que seus filhos não deixassem a memória da Pequena África morrer. Para Gracy, “A instituição é um local de memória destinado a contar ao público que foi essa mulher, “matriarca do samba”, cuja casa se tornou a “capital da Pequena África” (BITTER e VASSALLO, 2018). Nesta casa, há diversas expressões culturais negras, artísticas, religiosas, festivas, dentro de um espaço de liberdade e manifestações.

Figura 15: A casa da Tia Ciata/ Artefatos e itens.



Fonte: Site Casa da Tia Ciata Espaço Cultural Ortc.

CAIS DO VALONGO: O sítio arqueológico Cais do Valongo, patrimônio mundial da UNESCO e principal ponto de desembarque de africanos escravizados nas Américas. O sítio foi revelado em 2011, após escavações arqueológicas desenvolvidas para implementação do projeto “Porto Maravilha”. Em 2017, a Unesco o incluiu na lista de patrimônio cultural mundial, por reconhecer nele “a mais importante evidência física associada à chegada histórica de escravizados no continente americano”, como cita a justificativa de sua inscrição na lista de Patrimônios Culturais Mundiais (VICENTE, 2020).

Lugares com uma certa memória, de gigantesca sensibilidade, como é o Cais do Valongo, foi palco de eventos trágicos e sensíveis na história, como o tráfico de milhares de escravos, segundo a representante da Unesco, Isabel de Paula: “Ao entrarem para lista como patrimônio cultural mundial da Unesco, nos ajudam a repetir a ideia de que nós não aceitamos mais atos como os que foram praticados, e para não aceitarmos as práticas contemporâneas de racismo. O título não pode ser confundido como uma premiação, mas como uma grandeza de reconhecimento de um patrimônio” (CANAL MPF, 2021).

Figura 16: Cais do Valongo.



Fonte: Portal IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3.3 Porto Maravilha.

Não é fácil precisar quando se marca o início da existência desde porto no Rio de Janeiro, cidade que tem o DNA das cidades portuárias no mundo, com 6.740 m de cais contínuo dividido em três trechos, Cais de São Cristóvão, Cais da Gamboa e Cais do Caju (SEP, 2014, pg. 7). Contudo, foi em 1808 quando o cais ganha maiores delineamentos em sua expressão enquanto espaço urbano após a chegada da corte portuguesa, resultado de invasões napoleônicas ocorrida na Europa. Transformou em consequência ao efeito da chegada de cerca de 15 mil pessoas, que fez sentir em uma cidade em tamanho limitado, uma nova etapa de formação da cidade do Rio de Janeiro, com suas atividades portuárias, vai se redefinindo o papel e a função do porto, firmando-se como núcleo principal das malhas comerciais globais.

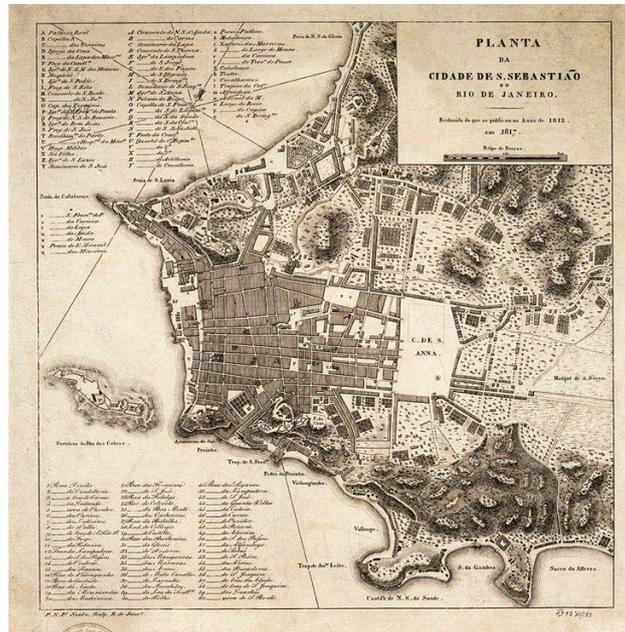
A função do porto era a de integrar o Brasil como colônia portuguesa à economia global, cumprindo a inserção brasileira nas trocas com o resto do mundo, abrindo o porto para as “nações amigas”. Ou seja, era do interesse dos portugueses em escoar, nos séculos XVI e XVII, bens raros e matérias primas como o café, o pau-brasil e o açúcar, e servindo como cidade não somente para importância no comércio de bens, como de escravos que desempenhavam funções-chaves para o comércio. Foi neste período, que se deve salientar o papel da igreja na ocupação da região, a fim de construir e alugar moradias, no controle de hospitais, farmácias, e o abastecimento da produção de alimentos em suas hortas e engenhos.

Durante o século XIX, conforme Guilherme (GONÇALVES, 2020, pág.39), as atividades portuárias foram transferidas para locais distantes do centro, onde se instalaram complexos vinculados ao comércio de pessoas escravizadas, alcançando cemitério e locações para venda e preparação para exposições públicas. Na região, havia uma composição étnica moderadamente homogênea, para além de somente escravizados, da qual faziam parte brasileiros pobres, africanos livres, migrantes de outros lugares no Brasil, e imigrantes europeus. Mas embora a diversidade, étnica e de nacionalidades, os escravizados ao ganho encontravam na região grande oferta de trabalho associados ao porto, além do uso da região como suas moradias.

Na segunda metade do século passado, assistimos a um processo de expansão da periferia urbana e consolidação dos centros históricos como locais de trabalho, moradias cada vez mais distantes, e sua inadequação e ineficiência em infraestrutura, mobilidade urbana e serviços. No entanto, este modelo urbano cada vez mais extenso não pode substituir o papel dos centros históricos na concentração do emprego

A região portuária com a disseminação de relações de trabalho assalariado na proibição do tráfico, vieram acompanhadas de mudanças importantes para o Rio de Janeiro. Com a explosão populacional, e as várias unidades industriais de comércio. Este e o contexto para as impactantes propostas de projetos de intervenção no espaço urbano, desde o início do século XX.

Figura 17: Mapa 1 – Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1812.



Fonte: Site Barão de Mauá o Empreendedor – IMAGENS Ganhando a vida na corte.

Em 1980, a Associação Comercial do Rio de Janeiro propõe demolir várias edificações da região para construção de um centro comercial, ao qual era as finalidades de embarque e desembarque do porto, porém a tentativa do projeto se esbarrou na resistência da população moradora local, que se organizava para obter o tombamento como patrimônio. Mesmo se tratando de uma região vista como obsoleta e decadente, durante a década de 80, com uma menos densidade habitacional, frequentemente com seu fluxo de movimento aumentado no dia, mas deserto à noite e aos fins de semana, havia na região do porto, ocupações com populações que faziam da região o seu local de moradia e ao mesmo tempo seu local de trabalho, dispostos a defendê-la (HONORATO & JÚNIOR, 2020, pg. 140).

Ao revitalizar a zona portuária, pretende-se promover a reunificação da cidade com o seu centro, atraindo novos empreendimentos residenciais e comerciais a adensar, garantindo ao mesmo tempo o valor da memória e da identidade. Agora retornando seu centro como um local de vida onde as pessoas podem viver, trabalhar, ocupar espaços públicos e desfrutar de passeios não motorizados ou livres de poluição. Esta norma é fornecida como referência para espaços urbanos. E, com isso, vem um impacto positivo na mobilidade, na segurança e, em suma, na qualidade de vida das pessoas.

Segundo Guilherme, os planos para reformar, urbanisticamente, a área portuária são retomados pelos prefeitos César Maia (1993-1996 e 2001-2008) e Luiz Paulo Conde (1997-

2000), que remodelaram a legislação para uso do solo urbano, como forma de estabelecer condições legais para realizar as intervenções esperadas na região portuária (GONÇAVES, 2020, pág. 42).

Percebe-se que qualquer revitalização por parte de associações seja privada ou públicas detém de uma finalidade de “embelezamento” da região, uma espécie de higienização, para aquele território que se encontrava-se demograficamente “abandonado”, visto que houve um esvaziamento político e econômico, resultado da mudança de capital federal, para Brasília. Essa higienização, em nada mais se sustentava, em medidas que desvalorizam o solo urbano, passando por cima da história de todo o país, daquela região. Isto é, todas as obras e propostas visavam conexão de polos estratégicos do ponto de vista político e econômico.

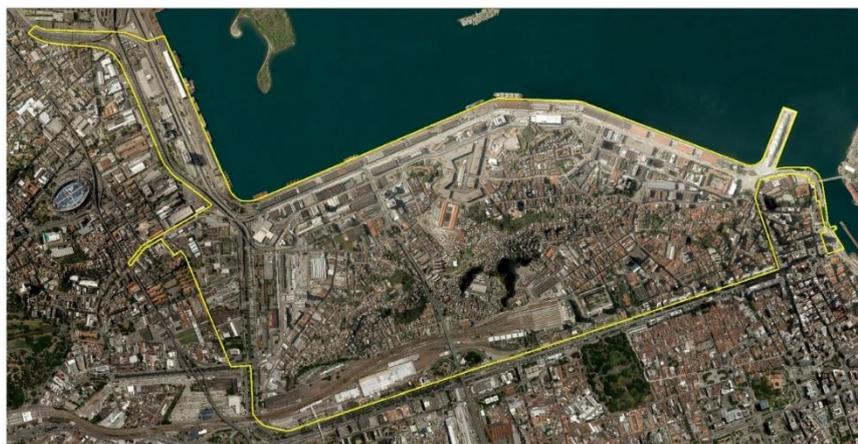
Foi na administração do então prefeito Eduardo Paes (2009-2016), que foram realizadas alterações legais e institucionais mais pertinentes para viabilizar uma ampla reforma urbanística na região portuária com o intuito de restituir as áreas próximas ao ponto à acumulação capitalista.

“O novo interesse dos incorporadores imobiliários pela área portuária foi condição para reverter a desconexão da região com a acumulação capitalista, então observada. Conta aqui a redescoberta das manifestações culturais locais pela juventude rica da Zona Sul da cidade que vai integrando cada vez mais a zona portuária e seu espaço de lazer. Importante também foram as perspectivas abertas pela Copa do Mundo de 2014 e pelos Jogos Olímpicos de 2016, na medida em que evidenciaram o potencial turístico de “revitalização” do núcleo histórico da cidade”

(GONÇAVES, 2020, pág. 87- 88)

Inconformados com o modelo de urbanização, que levou a população rica a viver afastados da zona central do Rio de Janeiro, e fechados em seus condomínios, criou-se um contexto favorável para inversão imobiliária e estimulou a inserção de um novo programa de reestruturação urbana de toda a região portuária, o projeto Porto Maravilha de “revitalização”, iniciado em 2009, mobilizou alguns bilhões de reais e visou a adequação da Zona Portuária aos grandes eventos que viriam a acontecer.

Figura 18: Mapa da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.



Fonte: portomaravilha.com.br/ Apresentação do Projeto, área de interesse em amarelo.

De acordo com o artigo Porto Maravilha: Onde Passado e Futuro se Encontram, a Área de Especial Interesse Urbano (AEIU) da Operação Urbana Porto Maravilha tinha cerca de, 5 milhões de metros quadrados (m²). De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 32 mil pessoas viviam na região e outras 60 mil trabalhavam. A área de proteção cultural e ambiental das comunidades Saúde Gamboa e Santo Cristo (Apac Sagas) se sobrepõe a essa área, que tem cerca de 3,8 milhões de metros quadrados e concentra a grande maioria de seus habitantes. Dentro desse limite, por sua vez, a Área Especial de Interesse Social (Aeis), a primeira favela do Brasil, o Morro da Providência. Os restantes 1,2 milhões de metros quadrados de área correspondente ao espaço de desembarque do porto já não cumprem esta função operacional. O espaço agrega 4.089.502 metros quadrados de potencial construtivo (SILVA, 2015).

O projeto tinha como intuito que a ocupação da Região Portuária, privilegiasse as pessoas. Na área com alto aumento no potencial de construção, a legislação optou pelo aumento da arborização local, com cerca de 4 km de vias para pedestres, alargamento de calçadas, 17 km de ciclovias e o veículo leve sobre trilho (VLT), a região assim, teria com estas determinações, um alto padrão de mobilidade mais ágil e saudável. Outra preocupação, eram em relações a novos edifícios, e seu acervo arquitetônico daquela região, era desejável que fosse construído para serem inovadores, mas integrado a identidade da região (SILVA, 2015).

Reconhecido como o maior projeto de revitalização urbana nas últimas décadas, o Porto Maravilha, tinha como descrição a oportunidade de transformar a região portuária como um

polo comercial e um ponto turístico, que trouxesse benefício e melhoria na qualidade de vida da população, sem sair da área. A lei complementar que instituiu o projeto (Lei Municipal 101/2009), pleiteava que o governo implementasse ações que propusessem o desenvolvimento social e econômico para população local.

O Projeto Porto Maravilha, segundo Luana Ferreira, deveria ser uma política de estado, aí vira uma política de governo “Sabe Deus o que esse pessoal faz com este dinheiro, foram não sei quantos milhões de dólares, tem dinheiro do governo americano, tem dinheiro de empresa privada”. Para sua execução, o financiamento das obras de infraestrutura e a própria construção de edificações no local segue uma engenhosa parceria público-privada (PPP). O projeto até este momento, já custou R\$ 280,5 milhões desde junho de 2016, e estes gastos tendem a aumentar, pois o projeto desenvolveu também incontáveis dívidas.

O projeto que teve com princípio a revitalização de um espaço atrasado e degradado, tornou-se para a prefeitura um projeto de modernização, por esse intuito, ocorreu por imensas escavadeiras que alteravam radicalmente paisagem física, seus usos da memória, bloqueando o acesso a vias importante, destruindo prédios, estragando o solo, o que pode ter de único ponto positivo de vista, ter acidentalmente estregado à tona vestígios pouco conhecidos do passado, como as docas, cais e armazéns que testemunharam atividades portuárias na escravidão. Embora tenha sido um projeto inicialmente com a proposta de melhoria, ficou marcado pelas tentativas de remoções, por ser incompleto, pela falta de transparência, e mau uso de suas verbas.

Em 2020, realizada pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), com investimentos da empresa chinesa “State Gird Brazil Holding (SGBH), com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, a segunda fase de obras do sítio histórico, o “Valongo Cais de Ancestralidades”, incluindo a melhoria de infraestrutura, sinalização do sítio histórico, também um projeto que visa a educação patrimonial, intitulado “Valongo, Cais de Ideias”, com o objetivo inicial de potencializar a resignificação das identidades contraídas e reconstruídas na diáspora (REVISTA MUSEU, 2020). O projeto que conta com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como supervisor e apoiador, aguardam a aprovação do próprio instituto, para inserção de painéis expositivos, sinalização direcional, iluminação cênica monumental. Este projeto é um dos que, demonstra o “empurra-empurra” que são as propostas de revitalização da Zona Portuária, até hoje.

Portanto percebe-se que existe a Pequena África comercial (do Legado Olímpico, do Porto Maravilha), com o ganho para cariocas e turistas, de uma área de lazer e cultura galpões para receber eventos, os megaempreendimentos, como o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, O Aquário. E existe a remoção que eles fizeram, por exemplo, o coração da área do Porto no Rio, o morro da Providência, a mais antiga favela do país, então que resultou em obras ilegais e despejos contestados na justiça, com vários moradores ameaçados de remoção, casas próximas demolidas, e cortes no fornecimento de água, como parte de uma enorme regeneração da região sob a iniciativa público-privada de infraestrutura Olímpica do Porto Maravilha. Entre as obras, incluíam um teleférico na praça central da comunidade, bem para inglês ver, já que traria impacto social e ambiental negativo para comunidade, que não tinha sequer nenhum acesso as informações sobre o projeto e os planos de obra (FERREIRA, 2022).

Aliás, a construção da ideia de vazío acerca da região, incomodou moradores locais, organizações, bem como pesquisas acadêmicas que tinham como centralidade a visão do projeto Porto Maravilha. Para Guilherme Gonçalves (2020), “mesmo quando apoiam o projeto, são unânimes em rejeitar a ideia de que a área em questão era um vazío de vida e sociabilidade. Ressaltam não só a presença de moradores como também de variadas atividades culturais já há muito desenvolvidas na região. Além de tudo, era evidente que o espaço a ser “valorizado” sempre fora carregado de história e referências ancestrais”.

Os guias e empreendedores que trabalham com turismo na região, tem uma briga, por ações que resgatem a memória do povo que fundou a região, e uma revitalização que realmente traga uma infraestrutura para região, a geração de emprego e renda para a população local. Há um grupo de monitoramento, intitulado Círculo do Valongo, assinado por decreto pela prefeitura do Rio de Janeiro, voltado para o acompanhamento e a proposta de políticas públicas para região do Cais do Valongo, onde ocorre manutenção continuada de fóruns de diálogo, encontros e aprendizados entre partes do governo, agentes do turismo, instituições da sociedade civil ligadas ao movimento negro, e as comunidades que dá vida ao entorno do Cais.

Atualmente há pressionamento, daqueles que lutam verdadeiramente pelo desenvolvimento da região. A historiadora e guia da região onde se localizada a Pequena África, durante a conversa, citou o quão é ridículo as lojinhas e comércios, ícones do megaempreendimento do Porto Maravilha, como o Museu do Amanhã, o Boulevard Olímpico, o Água Rio, por exemplo, não venderem artesanatos de produtores da região, e sim ursinhos “mequetrefes”, sem a oportunidade de gerar renda à população.

O porto, está todo quebrado, com uma instituição jogando para cima da outra a responsabilidade de cuidar da região, não encontra em todo percurso da região, sinalização com placas indicativas, de iluminação que garantam a segurança de quem cariocas e turistas, de acessibilidade. A única placa que demonstra sequer um terço da importância da Zona Portuária, está no Cais do Valongo, e uma placa que contém um texto de 2011, com logo do governo anterior.

Figura 19: Placa do Cais do Valongo.



Fonte: Foto- Marcos de Paula/ Site: Prefeitura do Rio. Acesso 19 out. 2022.

Portanto o projeto Porto Maravilha representou, assim, o início do século XXI a princípio, a busca por dinamizar esta região, além de reintegrá-la ao restante da cidade, o projeto visou inserir diferentes funcionalidades na região, como turismo, entretenimento e comércio. Embora tenha sido defasado, e cheios de erros conflituosos bem graves, poderia em algum momento ter dado certo, mas se tornou mais um exemplo de projeto que são interrompidos por má gestão, ineficiência ou conflitos de interesses.

Somente a obtenção de lucro sobre o lugar, faz-se pensar em um capitalismo no porto, que esteja somente interessado na acumulação de riquezas e está baseado na propriedade privada dos meios de produção, no caso, a região portuária do Rio de Janeiro que, torna-se o porto em um capitalismo de tragédia, de desemprego, da destruição ambiental, do risco de guerras mundiais, da propriedade privada das grandes corporações, da propriedade intelectual de grandes grupos que denominam a economia.

Os projetos que se iniciam, e as audiências públicas que tratam da zona portuária e do Cais do Valongo, inteiram a importância da permanência do título de Patrimônio Histórico Mundial pela Unesco, a importância da Região portuária para os descendentes dos negros escravizados, mas para todos os brasileiros. Os lugares como o Cais devem ser lembrados pelo passado de luta e morte, e para que a história não se repita, mas devemos lembrar de sua existência no presente, para que possamos lutar pelo desenvolvimento e melhoria da região, antes que possamos perder o título de Patrimônio Histórico Mundial pela Unesco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode parecer ser algo recente, mas vêm de muita luta, como citou em algum momento da conversa, a entrevistada Solange Barbosa, da Rota da Liberdade. Embora ainda não tenha investimento proporcional aos outros tipos de turismo, com altas ofertas e demandas massivas no mercado, melhora nas infraestruturas nos atrativos, quando se envolve o afroturismo, a importância desse segmento vem crescendo constantemente. Já existiam às práticas, mas como movimentação, como articulação, como posicionamento político, vem tomando sua voz ecoante e presente.

Mas ainda há a importância de impulsionamento, o que talvez possa ser visto, no afroturismo, quem sabe quando, olharmos mais para lutas de mulheres negras feministas, quando houver ainda mais oportunidades aos negros, que se importem com a história dos seus antigos, e estejam em ascensão dar sua voz ao setor, da importância da mulher negra para com a construção deste país, a valorização do negro como empreendedor, é ainda mais da mulher negra, em sua maioria ativa quanto a perpetuação do afroturismo no Brasil.

Observa-se que estas revitalizações que ocorreram, e ocorrem durante anos na Zona Portuária, como o próprio Porto Maravilha, em nada teve o respeito pelas tradições, impactos, e interesses dos territórios a níveis sociais e tradicionais. Ou ao interesse de trazer infraestrutura e melhoria, de modo decente para comunidade. São as comunidades locais as mais afetadas por impactos negativos resultante da má conduta destes projetos, quando alteram práticas econômicas e culturais.

A princípio pode ter existido uma ideia objetiva que trouxesse uma real revitalização, que assegurasse a memória local, mas ficou somente na expectativa e na decepção, daqueles descendentes que tinham esperança em uma revitalização com êxito.

Falta de incentivo, gargalo no planejamento, má execução, fluxo de gasto, gestão, e os que acabam por lucrar com este espaço de herança africana, a Pequena África, são os mesmos que vendem uma ideia de que afrodescendentes não são unidos.

Os mesmo que utilizam da vida e do território africano para seus recursos turísticos e econômicos, e consumo massivo da burguesia e turistas estrangeiros, como foi a revitalização do porto para Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Em nada sabem sobre a história de onde pisam e onde querem lucrar, e muito menos tem interesse por descobrir.

São governantes, presidenciáveis, empresários, a mais escória da burguesia, os que banalizam o racismo, em seu mais árduo sofrimento sobre a pele preta, são os que têm em mente que, “negros são pesados em arrobas”, e que “Aqui no Brasil não existe isso de racismo”. Quando se convive com notícias diárias de casos de racismo, em noticiários, em narrativas de amigos e familiares próximos, tornam-se situações reais em fatos corriqueiros dentre tantos sem punições. Hoje banalizam o que nem sequer deveria existir mais, como o racismo, são racistas, e dão a sensação de que o brasileiro perdeu a vergonha de suas perversidades escondidas.

Para haver uma mudança significativa no afroturismo, e potencialização das suas atividades, bem como no combate ao racismo, sexismo e descredito acerca dos potenciais roteiros e ademais serviços de empreendedoras negras, temos que pautar a luta numa mudança social, da totalidade social. Por exemplo, a luta feminista, também é antirracista e anticapitalista.

Não basta apenas ocupar esses espaços, é necessário questionar e gerar transformações reais no modo que o turismo percebe os negros e, em especial, as mulheres negras. É importante pensar em criar mecanismos que promovam a valorização das pessoas negras, do serviço oferecido por elas, valorizando sua cultura e personalidades que remetem ao povo negro. Ocupar apenas o espaço, sem buscar referências da sua história, de nada adianta. É preciso causar impactos nas pessoas que viajam e no destino visitado, gerando transformações em todo o sistema e nas práticas que envolvem o turismo, não apenas como atividade econômica, mas como fenômeno social e cultural.

Precisamos do ativismo negro cada vez mais presentes em mais lugares possíveis, precisamos de negros que conheçam da história da diáspora e valorizem o seus ancestrais, precisamos de união entre brancos com consciência de seu privilégio branco, e que tenham em mente que é luta deles para conosco, de torna-se um Brasil acima de tudo antirracista.

Com relação ao porto, para haver uma mudança significativa, temos que pautar a luta numa mudança social, da totalidade social. Há de se construir um socialismo longe dos padrões do século XXI, fora de um mundo capital, fora da sociedade do desemprego completo, da sociedade da destruição ambiental, em toda sua dimensão, da sociedade que oprime as mulheres, exacerbam o racismo. É preciso repensá-lo sobre a realidade que estamos vivendo, e termos em consciência, ao menos a nova geração, de reagir aos desafios que a história coloca. Temos que viver o socialismo sobre uma base de reinvenção contínua, desafiados a pensar que há um futuro, há uma luz no final do túnel.

Por fim, este estudo faz algumas considerações para uma melhor qualificação do turismo étnico-afro, o afroturismo, sem a pretensão de esgotar o tema, nem o propósito de ser conclusivo. Mas como prioridade, promover o conhecimento para além do turismo de lugares, de pessoas, de histórias, de narrativas que eram invisibilizadas que não foram contadas.

O objetivo aqui é não apenas olhar para trás, mas também voltar-se para frente, num esforço contínuo de compreender e engajar o mundo de maneiras novas e significativas baseados em um ponto de vista afrocentrado.

REFERÊNCIAS

ARGEL, L. **Samba de Guerrilha**. In: ALGEL, Luca. Portugal, 2021. Youtube. Faixa 21. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0FmMZ10XKKQ>. Acesso: 27 out. 2022.

ALMEIDA, S. **Marxismo e Questão Racial. In: Dossiê Margem Esquerda**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. p. 62.

ALMEIDA, E. **Pequena África: lugar de luta contra a escravidão no Porto**. Jornal da PUC. Rio de Janeiro 2017. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.pucrio.br>. Acesso em: 12 out. 2022.

ANTUNES. C. **Utopia Carioca** – Ganhos e Riscos de uma reocupação do centro histórico. Folha de São Paulo. Ilustríssima. São Paulo, 03 jun. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0307201104.htm>. Acesso em: 12 out. 2022.

ANTUNES. R [S. l.: s. n.], 2020. 2 vídeos (10:19 min). **Publicado pelo canal TV Boi Tempo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aJMuvpqwuBc>. Acesso: 24 out. 2022.

ALVES, A. **Angela Davis: Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela**. EL PAÍS, Coluna: Feminismo. Salvador, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 26 out. 2022.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Asa. **“O lugar da mulher negra é onde ela quiser!”**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9967-o-lugar-da-mulher-negra-e-onde-ela-quiser>. Acesso em: 26 out. 2022.

BAIROS, L. "Nossos feminismos revisitados". **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 2. sem. 1995, p. 458-463.

BARBOSA, S. **Solange Barbosa**: Depoimento [jun. 2022]. Entrevistador: Vitoria Paulina. Brasília - DF, 2022. arquivo.mp3 (18:29). Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso.

BARRETO, E. **O Ministério dos Direitos Humanos recebeu 1.019 denúncias de injúria racial em 2021**. CNN no Plural. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ministerio-dos-direitos-humanos-recebeu-1-019-denuncias-de-injuria-racial-em-2021>. Acesso em: 04 out. 2022.

BERNANDO. S. S. **Kalunga e o direito: a emergência de um direito inspirado na ética afro-brasileira**. África e sua diáspora, Portal Geledés. Bahia, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/kalunga-e-o-direito-emergencia-de-um-direito-inspirado-na-etica-afro-brasileira/>.

BITTER, D., e VASSALLO, S. P. (2019). **A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus**. Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia, n 45. p. 107-109 (2018). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i45.a42003>

BRAGA, R. (Temporada 1, ep. 02). **Sankofa: A África que te habita**. Direção: Rozane Braga. Produção: Zil Ribas. Produtora: Netflix, 2020.

CANAL MPF. **Audiência Pública - Cais do Valongo: Patrimônio Mundial**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B9bWNtFUou4&t=14s>. Acesso em: 04 out. 2022.

CENOURINHA. E. Artigo | Tereza de Benguela e as mulheres da resistência. **Brasil de Fato**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em:

<<https://www.brasildefatomg.com.br/2020/07/28/artigo-tereza-de-benguela-e-as-mulheres-da-resistencia>>. Acesso em: 12 out. 2022.

DOMÍNIO PÚBLICO. Direção de Fausto Mota, Henrique Ligeiro e Raoni Vidal. São Paulo: Paêbiru Realizações Cultivadas, 2014, 1 Filme (98 min.).

DOS SANTOS, J.; SILVA COIMBRA DE SÁ, N. In.: SWAIN. **Mulher negra viajante: experiências e estratégias de combate à sua (in)visibilidade no turismo**. Revista de Turismo Contemporâneo, [S.l.], v.9, n.2, p.252–269, 2021.

DIAS, G. D. **Afroturismo ou turismo étnico: o que é, onde ocorre e como praticá-lo? – Blackbird-Viagem e Representatividade**. 27 julho. 2020. Disponível em: <http://blackbirdviagem.com.br/turismo-etnico-ou-afroturismo-o-que-e-onde-ocorre-e-como-pratica-lo/>.

EMICIDA. **Eminência Parda**: part. Dona Onete, Joé Santiago e Papillon. Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fXHpmuPJ4Ks>>. Acesso em: 11 out. 2022.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular Editora. 1 ed. 2017, p.42.

FERREIRA. L. **Luana Ferreira**: Depoimento [jun. 2022]. Entrevistadores: Vitoria Paulina. Brasília - DF, 2022. arquivo .mp3 (01:00:50). Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso.

FICHA SÍNTESES (2014-2018). **Pesquisa de Demanda Turística Internacional no Brasil**. Ministério do Turismo, Governo Federal. jul. 2019, p. 59-84.

GENNARI, E. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

GONZAGA, L.; TRIGO, G.; NETTO, A. **VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo étnico afro no Brasil**. [s.l: s.n.]. UNIVALI, Balneário Camboriú -SC, 2011. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/10.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2022.

GRADA. K, FAUSTINO. D, JEANSON. F, GILROY. P. **Pele Negra, Máscaras Brancas/ Frantz Fanon**, (1952); tradução de Renato da Silveira. Ubu Editora, 2020, p. 35-138.

GONÇALVES, G. L; e COSTA, S. **Um porto no capitalismo global desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. [s...] São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. p. 57-64.

GONZALEZ. L. (1983). RIOS, F.(org.); LIMA. M.(org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Editorial: Rio De Janeiro: Zahar, 2020, p. 223-244.

GONZALEZ, L. **O movimento negro na última década**. In.: Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004, p. 9-43

GURAN, M. **Roteiro da herança africana no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Editora, 2018. p. 22- 160.

HAHNER. E. J. **A mulher no Brasil**. Editora: Civilização Brasileira S.A, Rio de Janeiro, p. 175, 1978.

HONORATO, C & JÚNIOR, A. O (orgs.). **Porto e Cidades Portuárias em questão**. Vários autores. Niterói: POLIS UFF, 2020, p.140-428.

IPEA e SEGURANÇA PÚBLICA. F. **Atlas da Violência (2019)**. Rio de Janeiro, 2019. v.2.7, p. 29. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>.

IPEAFRO. **Jornal Quilombo nº 01| Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. Acervo Digital. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1948. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/>>. Acesso em: 26 out. 2022.

INEPAC. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Patrimônio Cultural dos Bens Tombados**. Pedra do Sal. Número do processo: E-18/300.048/84. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/20>. Acesso em: 16 out. 2022.

JUNIOR, A. G. **Os Africanos no Brasil. Portal da Cultura Afro-Brasileira**. Educação da Relações Étnico-raciais, 2022.

Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasi.leira/3_II.php

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Orfeu Negro. Tradução Nuno Quinta. Lisboa, 2022. 3. ed. (1. ed .2019), p. 280.

LARKIN, E. N (org.). Afrocentricidade: **Uma Abordagem Epistemológica Inovadora**. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira). São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219-245.

MARINGONI, G. História - **O destino dos negros após a Abolição**. IPEA, Desafios do Desenvolvimento, Brasília, v.8, n.70, 2011, p.34-42. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28>. Acesso em: 27 out. 2022.

MENDONÇA, T. **Teresa Mendonça**: depoimento [jun. 2022]. Entrevistadores: Vitoria Paulina. Brasília - DF, 2022. arquivo.mp3 (18:29). Entrevista concedida para o trabalho de conclusão de curso.

MESTRE, P. R. J. SECRETARIA DE PORTOS. **Cooperação técnica para apoio à SE/PR no planejamento do setor portuário brasileiro e na implantação dos projetos de inteligência logística**. LabTrans. Florianópolis, p. 07, 2014.

NACIONAL, J. **Cai participação de mulheres negras no mercado de trabalho em relação ao período pré-pandemia**. Jornal Nacional. Rio de Janeiro, 25 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/25/cai-participacao-de-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-em-relacao-ao-periodo-pre-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 27 out. 2022.

NEGRA, G. I. DA M. **Projetos reúnem negros para viajar pelo mundo e quebrar paradigmas**. África e sua diáspora, Portal Geledés, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/projetos-reunem-negros-para-viajar-pelo-mundo-e-quebrar-paradigmas/>>. Acesso em: 27 out. 2022.

NOGUEIRA, I. **Caixa diz que Porto Maravilha do Rio de Janeiro era inviável desde o início**. UOL – Folha de S. Paulo. Rio de Janeiro, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/apos-prejuizo-bilionario-ao-fgts-caixa-diz-que-revitalizacao-do-porto-do-rio-e-inviavel.shtml>

PALMARES, F. C. **Personalidade Negras – Luiza Mahin**. Governo Federal. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=26864#:~:text=Caso%20o%20levante%20dos%20maiores%20maiores%20aboliconista%20do%20Brasil. Acesso em: 27 out. 2022.

PAPO RETO [S. l.: s. n.], 2021. 28 vídeo (32:31 min). **Canal UOL**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JEE9VAGFnh4>. Acesso em: 27 out. 2022.

PEREIRA, S.; MEDEIROS, C. J. [s.l: s.n.]. **Á Flor da Terra: O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Ciência Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/JulioCesarMedeirosDaSilvaPereira.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

PREFEITURA. RJ. (Cultura). **Muhcab – Museu da História e Cultura Afro-Brasileira. Um museu sobre a verdade**. United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab>. Acesso em: 27 out. 2022.

PRETOS NOVOS. **Circuito de Herança Africana** – IPN. Educativo. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>. Acesso em: 27 out. 2022.

QUINTO, A. **Turismo em São Paulo não reflete a marcante presença negra na cidade**. Jornal USP, São Paulo, 15 dez, 2021. Seção: Ciências. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/turismo-em-sao-paulo-nao-reflete-a-marcante-presenca-negra-na-cidade/>.

REIS, J. J; GOMES. L. M; FLÁVIO (orgs.). Revoltas escravas. In.: **SCHWARCZ**. Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 392.

REIS, J. J. A presença negra: Encontros e Conflitos. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

REVISTA MUSEU. Cultura levada a sério. **Sítio histórico: “Valongo - Cais de Ancestralidades”**. Rio de Janeiro: 7 out, 2020. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/9666-07-10-2020-sitio-historico-valongo-cais-de-ancestralidades.html>>. Acesso em: 27 out. 2022.

RIOTUR. **Circuito Cultural e Gastronômico de Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro** – “Cultura e história afro – brasileiras em um dos bairros mais descolados do mundo” (TimeOut Londres). Pequena África, 2020. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/pequena-africa/.

SANTOS, I. C. DOS; OLIVEIRA, E. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 15 jan. 2018.

SILVA, A. **Porto Maravilha: onde passado e futuro se encontram - Porto Maravilha**. Artigo elaborado a partir de participação no painel A Cidade Ciborgue: Paisagens Híbridas, dentro do Simpósio Arqueologia na Paisagem: a cidade como artefato - abril de 2015. Disponível em: <<https://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/22>>.

SILVA. G. B. S. **Feminismo Negro no Brasil: história, pautas e conquistas. 2019, Politize!** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/feminismo-negro-no-brasil/>>. Acesso em: 26 out. 2022.

SILVA, M. H.; FRATUCCI, A. C. **Turistificação nos bairros da Gamboa e da Saúde**, Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 16, 18 fev. 2022, p. 23-70.

SOARES, G. **Mapeamento Afroturismo Sebrae**. In.: Issu. Sebrae Inteligência Setorial. Turismo Boletim de Tendência, janeiro-fevereiro, 2020. Disponível em: https://issuu.com/soaresdias/docs/afroturismojaneiro-sebraeo_fevereiro2020. Acesso: 27 out. 2022.

SOUZA, N. N. S; PINHEIRO, T. R. **Turismo Étnico Volume Único**. - Rio de Janeiro: Fundação Cecierj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), 2018. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012019/403da883c573244d476b4a7d5d17429c.pdf>.

VICENTE, J. P. **Conheça os 14 bens considerados Patrimônios Culturais Mundiais no Brasil**. National Geographic, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2019/06/conheca-os-18-bens-considerados-patrimonios-culturais-mundiais-do-brasil>. Acesso em: 26 out. 2022.

VILELA, P. R. **Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país**. Agência Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Agência Brasil.